



**MARIANA BRAVO  
MADEIRA**

**OS DETERMINANTES DA REELEIÇÃO DOS  
PRESIDENTES DE CÂMARA EM PORTUGAL (2002-  
2017)**



**MARIANA BRAVO  
MADEIRA**

**OS DETERMINANTES DA REELEIÇÃO DOS  
PRESIDENTES DE CÂMARA EM PORTUGAL (2002-  
2017)**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública realizada sob a orientação científica da Doutora Teresa Ruel, Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e coorientação da Doutora Joana Costa, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro.

*O mundo existe em cada um de nós e, se souberes procurar e aprender, tens a porta diante de ti e a chave na tua mão.*

J. Krishnamurti

## **O júri**

Presidente

**Doutor Gonçalo Alves de Sousa Santinha**  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Vogal- Arguente Principal

**Doutor Luís Macedo Pinto de Sousa**  
Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL)

Vogal – Orientadora

**Doutora Teresa Maria Ruel Martins**  
Professora Auxiliar Convidada da Universidade de Aveiro

## **Agradecimentos**

Esta dissertação marca, profundamente, uma etapa da minha vida, onde tive a oportunidade de adquirir e alargar conhecimentos, mas também um período de consciencialização do caminho trilhado.

Agradeço, por isso, cada momento que vivi e experienciei e que foram essenciais para aquilo que sou neste momento. Agradeço os obstáculos que me fortaleceram, enquanto pessoa e estudante e a todos os que fizeram parte desta jornada e que me ensinaram, olhando para eles com reconhecimento, mesmo nos momentos mais incertos.

Deixo também o meu especial agradecimento, particularmente e em primeiro lugar, à minha orientadora Professora Teresa Ruel e coorientadora Professora Joana Costa por me acompanharem neste processo de aprendizagem, por me aceitarem e orientarem. O meu muito obrigada pela vossa disponibilidade, exigência, paciência e partilha de conhecimento.

À minha família e amigos que foram e serão sempre o meu refúgio. Por todo o amor que recebi, pela sua preocupação e por confiarem em mim e nas minhas capacidades.

Finalmente, e não menos importante, aos seres de luz que me têm guiado ao longo desta vida!

**Palavras-chave**

Reeleição; presidentes de câmara; limitação de mandatos; poder local; Portugal

**Resumo**

A presente dissertação situa o seu foco no estudo dos fatores explicativos da reeleição dos presidentes de Câmara em Portugal no período de 2002-2017. Pretendemos compreender e analisar os fatores explicativos da permanência do mesmo candidato no poder nos 308 municípios portugueses; e aferir, se os determinantes da reeleição se alteraram com a introdução da lei de limitação de mandatos (2013). Os resultados empíricos revelam que, para o período em estudo, verifica-se um efeito de territorialidade do voto na probabilidade de reeleição, onde a abstenção premeia a continuidade dos incumbentes. Estes fatores mantêm-se constantes na explicação da reeleição dos presidentes de Câmara face à alteração institucional, contudo outros fatores (como a taxa de desemprego e alinhamento partidário ao governo nacional) perdem poder explicativo verificando-se, por isso, alterações na motivação dos eleitores.

**Keywords**

Re-election; mayors; term limits; local level; Portugal

**Abstract**

The present dissertation focuses on the study of the main explanatory factors to the mayor's re-election at local level in Portugal between 2002 to 2017. We intend to understand and analyse the factors that might explain the longevity in power of the same incumbent within the 308 municipalities in Portugal. We intend to determine if the explaining factors have changed with the introduction of the term limit rule (2013). The empirical results show that, for the period under study, there is a territorial effect of voting behaviour on the probability of re-election, where low turnout promotes the re-election of incumbents. These factors remain constant in explaining the re-election of mayors to the introduction of the term limit however other factors (such as unemployment rate and partisan alignment with national government) lose their explanatory power, confirming a change on voter's motivation.





# Índice

Índice de figuras.....	x
Índice de tabelas.....	xi
Lista de abreviaturas.....	xii
Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico.....	3
1.1. Reeleição – o conceito.....	3
1.2. Comportamento eleitoral.....	3
1.3. Comportamento eleitoral em Portugal.....	8
2. Enquadramento Institucional Português.....	13
3. Enquadramento Metodológico.....	15
3.1. Objetivo de investigação.....	15
3.2. Hipóteses.....	15
4. Análise e Estimações de Resultados.....	19
4.1. Tendências e estatística descritivas.....	19
4.1.1. Análise comparativa dos mandatos 2002-2005, 2006-2009, 2010-2013 e 2014-2017.....	27
4.2. Os determinantes da reeleição dos presidentes de Câmara .....	33
5. Conclusões.....	39
Bibliografia .....	43
Anexos.....	I
Anexo A – Lista de municípios de Portugal (NUTS II) .....	I
Anexo B- Lista de municípios portugueses onde os incumbentes municipais estão impedidos de apresentar recandidatura em 2013.....	III
Anexo C - Lista de municípios portugueses onde os incumbentes estão impedidos de apresentar recandidatura em 2017.....	IV
Anexo D – <i>Codebook</i> .....	V
Anexo E- Mapas da estatística descritiva.....	XVIII
Anexo F – Estimações dos modelos ( <i>outputs</i> STATA).....	XV

## Índice de figuras

Figura 1. - Presidentes de Câmara reeleitos e não reeleitos nos municípios portugueses nas eleições autárquicas de 2005, 2009, 2013 e 2017 .....	20
Figura 2. - Presidentes de Câmara eleitos por partido político nos municípios portugueses nas eleições autárquicas de 2005, 2009, 2013 e 2017 .....	22
Figura 3. - Total de Presidentes de Câmara eleitos por partido político nas eleições autárquicas de 2005, 2009, 2013 e 2017 .....	23
Figura 4. - Taxa de participação eleitoral nos municípios portugueses nas eleições autárquicas de 2005, 2009, 2013 e 2017 .....	24
Figura 5. - Variação da taxa de desemprego, por município, ao longo dos mandatos 2002-2005, 2006-2009, 2010-2013 e 2014-2017 .....	25
Figura 6. - Variação do poder de compra, por município, ao longo dos mandatos 2002-2005, 2006-2009, 2010-2013 e 2014-2017 .....	26
Figura 7. – Limitação de mandatos do presidente da câmara por município (2013-2017) .....	29

## **Índice de tabelas**

Tabela 1. - Reeleição dos Presidentes de Câmara nas eleições autárquicas de 2005, 2009, 2013 e 2017 (em %).....	19
Tabela 2. - Total de incumbentes não reeleitos nas eleições autárquicas de 2013 e 2017 .....	19
Tabela 3. – Os determinantes da reeleição dos Presidentes de Câmara nas eleições anteriores à introdução da lei de limitação de mandatos (2005 e 2009) .....	33
Tabela 4. - Os determinantes da reeleição dos Presidentes de Câmara nas eleições subsequentes à introdução da lei de limitação de mandatos (2013 e 2017).....	36

## **Lista de abreviaturas**

**BE** – Bloco de Esquerda  
**CDS/PP** – Centro Democrático Social/Partido Popular  
**CDU** – Coligação Democrática Unitária  
**CNE** – Comissão Nacional de Eleições  
**CRP** – Constituição da República Portuguesa  
**DGAI** – Direção Geral da Administração Interna  
**GCEs** – Grupo de Cidadãos Eleitores  
**IEFP** – Instituto de Emprego e Formação Profissional  
**IEM** – Instituto de Emprego da Madeira  
**INE** – Instituto Nacional de Estatística  
**LLM** – Lei da limitação de mandatos  
**PCP** – Partido Comunista Português  
**PEC** – Pacto de Estabilidade e Crescimento  
**PEV** – Partido Ecologista “Os Verdes”  
**PM** – Primeiro-ministro  
**PS** – Partido Socialista  
**PSD** – Partido Social Democrata  
**RAA** – Região Autónoma dos Açores  
**RAM** – Região Autónoma da Madeira

## Introdução

Os estudos eleitorais constituem uma das principais áreas de investigação da Ciência Política, em particular da Política Comparada. As eleições constituem “o mecanismo institucional de conquista do poder e da seleção dos governantes” através do qual os eleitores têm a possibilidade de avaliar o desempenho governativo (ao longo do mandato), tomando preferência por um candidato/partido político para os governar (Ruel, 2015, p.81). As eleições pressupõem também a existência de uma oposição, que promove a alternância política através da substituição dos incumbentes (Ruel, 2015, p.81). Contudo, nem sempre se verifica a existência de alternância política e a substituição dos governantes e/ou do partido político incumbente, na medida em que, os eleitores acabam por eleger de forma consecutiva o mesmo partido político ao longo de vários atos eleitorais. Neste sentido, é de especial relevância compreender as razões que sustentam a permanência do mesmo candidato no exercício do poder ao longo de vários mandatos (consecutivos), nomeadamente ao nível do poder local.

O poder local nos últimos 42 anos de democracia em Portugal tem assumido um papel importante ao nível do funcionamento do sistema político, e constitui um dos níveis de decisão política proeminente na proximidade com os cidadãos, na prestação de serviços públicos e de envolvimento popular. Estes são alguns dos elementos que tornam o nível subnacional local uma unidade de análise importante no quadro de uma estrutura multinível de governação, onde o princípio de subsidiariedade (Tratado de Maastricht, 1992) constitui um dos baluartes orientadores.

O ponto de partida da nossa investigação surge da introdução da lei de limitação de mandatos no poder local - Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto - que estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos executivos das autarquias locais (municípios e freguesias), que passaram a estar sujeitos ao limite de eleição para três mandatos consecutivos. Procurámos identificar os determinantes da reeleição dos incumbentes do poder local (executivo municipal) e os fatores que sustentam a sua longevidade no poder autárquico. Para isso, formulámos a seguinte pergunta de partida para o desenvolvimento da nossa investigação: *Quais os fatores que determinam a reeleição dos Presidentes de Câmara em Portugal?*

Consideramos para tal, quatro ciclos eleitorais (2002-2005, 2006-2009, 2010-2013 e 2014-2017) onde exploramos as dinâmicas da competição política nos 308 órgãos executivos municipais, através de fatores de ordem territorial, sociodemográfica, política, eleitoral, e económica, assumindo uma quebra estrutural temporal as duas eleições anteriores (2005 e 2009) à entrada em vigor da lei de limitação de mandatos (2013), onde 160 incumbentes municipais foram impossibilitados de renovar as suas candidaturas, bem como as duas eleições subsequentes (2013 e 2017), no sentido de aferir, *ceteris paribus*, se os determinantes da reeleição dos incumbentes municipais são os mesmos,

no período antecedente e subsequente à entrada em vigor da lei de limitação de mandatos (2013) dos órgãos executivos municipais.

Esta investigação está organizada da seguinte forma: na seção 1 apresenta-se o enquadramento teórico sobre o comportamento eleitoral e os estudos realizados em Portugal neste âmbito; na seção 2, descrevem-se as principais características do sistema local português (a nível político-institucional); na seção 3, apresenta-se o enquadramento metodológico, bem como as hipóteses a testar. Na seção 4 procede-se à análise das tendências e estatísticas descritivas dos dados e posteriormente, testam-se as hipóteses formuladas recorrendo à análise econométrica. Por fim são apresentadas as conclusões.

# **1. Enquadramento Teórico**

## **1.1. Reeleição – o conceito**

Nas democracias representativas, as eleições periódicas são o mecanismo através do qual os eleitores participam no processo democrático (Dahl, 1998), expressam as suas preferências em relação aos partidos políticos em competição e responsabilizam os políticos (Manin, 1997).

A conquista, manutenção e exercício do poder (Moreira, 1997) por parte dos agentes políticos constitui um dos grandes desígnios do poder político. A eleição para os cargos governativos é, pois, o objetivo dos partidos políticos quando se apresentam a eleições periódicas. A manutenção no poder – reeleição – corresponde à dimensão temporal do exercício do poder político. Concretiza, o tempo de permanência dos governantes na titularidade de cargos político e a renovação do mandato por várias eleições consecutivas (Ruel, 2015, p. 81). Isto é, os eleitores, através das eleições, legitimam a permanência no exercício do poder político (do incumbente) mais de um mandato, não existindo alternância política (Ruel, 2015, p. 81).

A literatura sobre reeleição tem evidenciado, sobretudo, no contexto dos Estados Unidos da América, os mecanismos de reeleição dos vários agentes políticos associados aos ciclos económicos e a fatores orçamentais e às atitudes comportamentais dos atores na sua prossecução (*political business cycle*) (Nordhaus, 1975; Rogoff, 1990; Alesina et. al., 1997; Persson and Tabellini, 2003).

## **1.2. O Comportamento eleitoral**

De acordo com o modelo tradicional das clivagens sociais elaborado por Lipset e Rokkan (1967), o alinhamento dos eleitores no sistema partidário, isto é, a forma como os eleitores se identificam com um determinado partido político, estrutura-se de acordo com o seu posicionamento na estrutura social, nomeadamente no sistema de clivagens, assim como das respetivas ações de socialização e mobilização políticas (Lipset e Rokkan, 1967, p. 177).

É no contexto pós-guerra que os referidos autores introduzem o modelo explicativo baseado nas quatro clivagens: centro-periferia; Estado-Igreja; urbano-rural e capital-trabalho. A Revolução Nacional possibilitou a unificação dos Estados-Nação e a democratização de alguns sistemas políticos, colocou vários grupos sociais em conflito, tendo consequências na estruturação dos alinhamentos dos eleitores.

De acordo com a clivagem centro-periferia “o conflito central da construção nacional e a resistência crescente das populações dominadas étnica, linguística ou religiosamente distintas nas províncias e nas periferias”, desencadeou a reação das periferias às medidas uniformizadoras dos construtores nacionais. Isto é, às minorias linguísticas e às populações culturalmente ameaçadas pela

uniformização estatal opuseram-se as elites nacionais dominantes, gerando clivagens territoriais (Lipset e Rokkan, 1967, p. 182).

Por sua vez, a clivagem Estado-Igreja resultou da cisão entre “as aspirações mobilizadoras do Estado-Nação e as exigências corporativas das igrejas”, tendo sido o cerne desta clivagem de ordem moral, de controlo de normas e definição de regras. À igreja (católica, romana, luterana ou reformadora) tinham sido delegadas, ao longo de muitos séculos, responsabilidades relacionadas com a apresentação da “propriedade intelectual do homem” e controlo da educação. Deste modo, e decorrente da construção do Estado-Nação, conduziu a uma divisão entre os defensores da continuidade do papel da Igreja e os defensores da substituição desta pela intervenção estatal (Lipset e Rokkan, 1967, p. 183).

Na sequência da Revolução Industrial, face ao crescimento industrial e comércio internacional surgem as clivagens urbano-rural e capital- trabalho. A divisão urbano-rural, que opôs os interesses industriais/fabris aos interesses agrícolas teve origem em contestações económicas. Os interesses industriais urbanos pretendiam promover o comércio livre (pela redução de tarifas aduaneiras, dentro e fora do mercado nacional) de forma a escoarem a sua produção. Já os interesses rurais (agrícolas) procuravam obter proteção comercial, dado o aumento dos seus custos produtivos, que se fizeram sentir pela perda de mão-de-obra resultante da deslocação de uma grande parte da população para as zonas urbanas. Assim, a clivagem capital-trabalho focou-se no mercado laboral e retratou os profundos conflitos entre patrões/proprietários (tanto em centros industriais como em grandes propriedades agrícolas) e assalariados, que reivindicavam por melhores condições de trabalho: os baixos rendimentos e os contratos inseguros são exemplos da insatisfação (Lipset e Rokkan, 1967, pp. 191-193).

O modelo de clivagens sociais sublinha dois aspetos essenciais: o alinhamento dos grupos sociais com os partidos políticos organiza-se em torno das clivagens; e a composição social está presente nas clivagens das sociedades em que se inserem, verificando-se uma clara correspondência entre os partidos políticos e os seus representados ao nível dos grupos sociais.

Ao mesmo tempo, os valores, as crenças e os comportamentos/atitude desenvolvem-se no ambiente em que cada indivíduo nasce e cresce. Para além disso, estes indivíduos possuem características como a idade, ocupação, religião, identidade regional, interesses sociais e económicos que influenciam o processo de socialização política. A pertença a certos grupos sociais permite a partilha de valores e características comuns que os torna politicamente relevantes e são um reforço da sua identidade (social) (Elff, 2007, pp. 277-278).

As transformações sociais, económicas e políticas, especialmente, a partir da década 60, refletiram-se no comportamento eleitoral. Devido ao contínuo declínio das populações rurais, e consequentemente, à expansão das zonas urbanas, assistindo-se a alterações na composição



profissional e estilos de vida dos cidadãos, fatores que, contribuíram para uma sociedade menos estratificada, na medida em que, a maioria dos cidadãos passou a fazer parte da classe média. As crescentes oportunidades de educação, assim como o acesso à informação (especialmente pelo surgimento dos meios de comunicação social de massas, primeiro a rádio depois a televisão) alteraram também os mecanismos de socialização e introduziram outros elementos que contribuíram para a estruturação e formação da decisão de voto dos eleitores (Dalton, Flanagan e Beck, 1984, pp. 5-7).

O pós-Segunda Guerra ficou marcado pelo crescimento económico, pelo incremento do *Welfare State* e pelo esbatimento das desigualdades sociais, traduzindo-se simultaneamente, no declínio do voto baseado na classe social, e na emergência de novos valores e prioridades para os cidadãos. Segundo esta abordagem, os fatores sociais tradicionais (baseados nas clivagens) tornam-se pouco adequados na explicação da decisão eleitoral, tendo em conta os diferentes contextos a que pertencem os indivíduos (Inglehart, 1977; Dalton, Flanagan e Beck, 1984).

A melhoria das condições económicas promoveu o surgimento de prioridades valorativas de índole pós-materialista e nesse âmbito, destaca-se o contributo teórico de Ronald Inglehart (1977, 2008), através da teoria do valor geracional ao sustentar que os indivíduos colocam maior valor subjetivo em algo que é relativamente escasso, ou seja, em períodos de alta prosperidade tender-se-á a incentivar a disseminação de valores pós-materialistas (sentimentos de pertença, qualidade de vida, satisfação intelectual, etc.) e que em períodos de recessão económica, os cidadãos tendem a priorizar valores materialistas como, por exemplo o crescimento económicos e a paz (segurança). A socialização constitui o meio através do qual os cidadãos adquirem os valores básicos, que prevalecem durante a infância e adolescência.

Deste modo, uma vez satisfeitas as necessidades materialistas e, não constituírem qualquer preocupação para os indivíduos, é que as necessidades pós-materialistas ganham relevo na vida dos cidadãos, contribuindo para alcançar o bem-estar “pleno”. Tal significa que um indivíduo que sempre viveu, num contexto de segurança material, apresenta valores pós-materialistas salientes, destacando-se os indivíduos mais jovens, os quais apresentam estas características em contraponto com os mais velhos (Inglehart, 1977, 2008).

Estas novas dimensões altitudinais e valorativas também se refletiram na esfera política, através do surgimento de novos partidos políticos, de uma nova agenda política distinta e, consequentemente, na reorientação ideológica de alguns partidos e de novos movimentos sociais, com importantes efeitos na opção de voto dos eleitores (Inglehart, 2008). Atualmente, os partidos políticos incluem nos seus programas este tipo de dimensões, sendo estes fatores importantes na decisão eleitoral, a curto prazo (Kriesi, 1998).

Face às dinâmicas dos ciclos eleitorais e à variação de eleição para eleição do comportamento eleitoral (volatilidade eleitoral), o modelo das clivagens sociais foi perdendo poder explicativo na definição do sentido de voto. Perante isto, surge o modelo psicossociológico, destacando a identificação partidária na formação das preferências eleitorais e na decisão de voto dos eleitores. As variáveis altitudinais (identificação partidária e envolvimento político) que foram desenvolvidas através da socialização primária (particularmente no seio familiar) adquirem, neste modelo, um carácter independente e passam a mediar o impacto das variáveis sociológicas sobre o voto (Freire, 2000, p. 44).

A identificação partidária é entendida como “um sentimento de pertença de longo prazo desenvolvido pelos eleitores em relação a um partido político” (Harrop e Miller, 1988, p. 131), e constitui-se o principal mediador psicológico da influência das posições dos indivíduos na estrutura social. Ou seja, os fatores de longo prazo (históricos, culturais e sociais) são decisivos na construção da identificação partidária de cada indivíduo (Campbell, Converse, Miller e Stokes, 1960).

Adicionalmente, o sentido de voto é também, apresentado como resultado dos efeitos proximais de curto prazo. Desde a imagem dos candidatos, traduzida pelos efeitos percecionados pelos eleitores relativamente aos candidatos a um determinado cargo político; à avaliação dos temas políticos e do desempenho do executivo (incumbente), assim como da conjuntura a cada momento eleitoral. Note-se, no entanto, que estes fatores poderão alterar a decisão de voto, de uma eleição para a outra, sem afetarem a identificação partidária do indivíduo, uma vez que são “mutáveis” de acordo com a situação conjuntural eleitoral (Campbell *et al.*, 1960; Lewis-Beck e Stegmaier, 2000; Costa Lobo, 2006).

Deste modo, o modelo sociopsicológico do voto sublinha o papel da identificação partidária como mediador entre o longo e o curto prazo sendo, por isso, um guia importante na tomada de decisão, pois auxilia os eleitores na interpretação e processamento de informação, fornecendo pistas para avaliar os fatores de curto prazo, orientando a escolha eleitoral (Campbell *et al.*, 1960; Dalton, 2016).

Em consequência do declínio dos fatores distais (de longo prazo) na explicação do voto e da erosão da identificação partidária entre os indivíduos assiste-se a uma alteração do comportamento eleitoral, nos países democráticos. Neste sentido, os resultados eleitorais são mais voláteis, tornando-se menos evidente “prever” qual candidato/partido político vencedor nas eleições, uma vez que os fatores que caracterizam o próprio momento eleitoral (nomeadamente, candidatos e campanha política, desempenho governativo, etc.) estarão na origem da decisão eleitoral dos indivíduos (Costa Lobo, 2006; Dalton, 2016).

Neste sentido, é sublinhada a tendência crescente da influência de fatores de curto prazo na decisão de voto, onde o modelo do voto económico ganha preponderância na explicação do comportamento dos eleitores. Este modelo, proposto por Anthony Downs (1957) na sua obra *An*

*Economic Theory of Democracy*, sublinha que o principal objetivo dos partidos políticos é ganhar eleições com vista à maximização de votos e, por isso, as suas propostas e ações políticas são formuladas tendo em conta o bem-estar dos cidadãos. Na mesma lógica, os eleitores votarão nos partidos que melhor se adaptam às suas preferências e interesses individuais e que lhes proporcionarão melhor bem-estar/utilidade (Downs, 1957, p. 4-7).

Assim, é através do mecanismo eleitoral que os cidadãos procedem à seleção do governo, responsabilizando os incumbentes pelo desempenho da economia. Perante situações de prosperidade económica, os eleitores tendem a apoiar o governo, reelegendo-o; em situações de recessão económica e mau desempenho económico, o executivo é penalizado diminuindo a probabilidade de reeleição, pois o eleitor transfere o seu voto para os candidatos/partidos da oposição (Lewis-Beck e Stegmaier, 2000, p. 183).

A avaliação das condições económicas por parte dos eleitores é realizada através da perceção sobre o estado da economia, quer em termos pessoais (voto egotrópico), quer em termos nacionais, com base nos principais indicadores macroeconómicos (voto sociotrópico) onde as condições económicas são avaliadas retrospectivamente e onde prospectivamente os indivíduos estabelecem expectativas relativamente ao desempenho governativo. Assim, o voto reflete o mecanismo de recompensa/punição através do qual os eleitores manifestam a sua satisfação/insatisfação com os incumbentes (Lewis-Beck e Paldam, 2000; Lewis-Beck e Stegmaier, 2016).

De forma a premiar ou a punir o governo incumbente, os eleitores terão que identificar exatamente, a quem atribuir responsabilidades pelos desenvolvimentos económicos. A clareza da responsabilidade é mais elevada em sistemas bipartidários e, por isso, o voto económico tende a ter uma influência positiva e significativa. Pelo contrário, em sistemas multipartidários, a clareza da responsabilidade é diluída entre os vários partidos, sendo difícil para o eleitor isolar responsabilidades. Consequentemente, os efeitos económicos no voto tenderão a ser pouco significativos e estáveis contribuindo para que o governo incumbente seja menos afetado pela forma como o eleitorado percebe e avalia a conjuntura económica (Powell e Whitten, 1993; Anderson, 2000).

A evidência do voto económico depende da natureza do ato eleitoral, ou seja, o eleitorado tende a responsabilizar o governo incumbente pelos resultados económicos sobre o qual exerce algum controlo. Ou seja, as condições económicas nacionais devem apenas influenciar o apoio para aos incumbentes nacionais, nomeadamente, no que concerne às políticas macroeconómicas (de desemprego, de inflação, etc.). De modo semelhante, o autor defende que o apoio eleitoral do incumbente a nível subnacional (regional e/ou local) deve ter em conta apenas as condições económicas locais ou regionais que controla (Anderson, 2006, p. 451).

Assim, e num contexto de governança multinível, a *accountability* torna-se uma ferramenta cada vez mais determinante uma vez que o voto económico pode ser usado como meio de operacionalizar a responsabilidade dos governos, uma vez que os governos subnacionais, em todas as democracias se tornam mais descentralizados e com um alargamento das suas competências, as questões de responsabilidade que os eleitores enfrentam tornam-se mais prementes, contribuindo para a clareza da responsabilidade a nível local (Anderson, 2006, p. 459-460).

### **1.3. Comportamento eleitoral em Portugal**

Os estudos sobre o comportamento eleitoral em Portugal surgiram com a transição e consolidação democráticas. A nível nacional, os primeiros estudos surgem na década de 80, elaborados por Gaspar, André e Honório (1984) com o objetivo de explicar a escolha eleitoral e as configurações do sistema partidário, numa abordagem territorial/geográfica, assim como compreender quais as principais determinantes sociais e económicas do sentido de voto. Os autores salientam a evidência da clivagem urbano-rural associada a existência de “uma ligação entre o grau de implementação da igreja católica e a mobilidade do eleitorado” (1984, p.152), onde os partidos políticos de centro-direita - Partido Social Democrata (PSD) e Partido Popular (CDS/PP) - assumem uma base eleitoral significativa nas zonas rurais e de maior religiosidade (Norte e Centro), enquanto que os partidos de esquerda e centro-esquerda – Partido Comunista Português (PCP) e Partido Socialista (PS) - apresentam maior expressão eleitoral nas áreas urbanas e no Sul do país (Alentejo e Algarve).

Neste estudo, sublinha-se que o comportamento eleitoral dos portugueses é fortemente explicado pelas divisões territoriais, onde as clivagens norte-sul e urbano-rural se apresentam como as principais linhas divisórias decisivas na política portuguesa a par da divisão litoral-interior que constitui uma importante referência na caracterização social do país (Jalali, 2003, p. 558).

De modo semelhante, Freire (2000b) sustenta que o efeito das clivagens sociais (centro-periferia, urbano-rural e capital-trabalho) na participação eleitoral, nas eleições legislativas relativas para o período entre 1983 e 1995, apresentou um decréscimo nos municípios mais urbanizados, escolarizados, terciários e com população mais jovem. O autor salienta que, os municípios localizados no Sul de Portugal, comumente por serem zonas de “grande dimensão da propriedade agrícola e pelo elevado peso relativo dos trabalhadores agrícolas” apresentam-se bastante participativos, ou seja, apesar de os determinantes sociológicos (periferização) apontarem para uma maior tendência para a abstenção, a mobilização político-partidária (sobretudo do PCP), onde as atitudes políticas revelam-se fatores capazes de se sobrepor a essas determinações” (Freire, 2000b, p. 143).

Também Jalali (2003) verificou que, apesar de os partidos políticos não estarem enraizados exclusivamente, em determinadas bases sociais, a religião e a classe social mantêm-se importantes variáveis explicativas do sentido de voto dos portugueses (2003, p.553).

As últimas eleições legislativas têm registado um padrão de alguma volatilidade (em particular entre o PS e o PSD) assim como desalinhamento partidário dos eleitores (Dalton, Wattenberg e McAllister, 2000) situação que se verifica pela reduzida participação eleitoral e pela consolidação de um eleitorado português centrista (*marais*), fortemente influenciado por fatores de curto prazo, ao invés das estruturas de clivagens existentes (Jalali, 2003, p.561; 2004, p.90).

Em consequência do aumento de volatilidade do voto, foram vários os estudos realizados no sentido de compreender o declínio do peso explicativo das clivagens sociais. Para os períodos eleitorais de 1983 a 1999, Freire verificou que, para as eleições legislativas, o efeito das clivagens, nomeadamente a classe e a religião, diminuiu no sentido de voto, especialmente, para o PCP e CDS/PP. Contudo, a clivagem esquerda-direita não sofreu alterações nos realinhamentos dos eleitores (2002, p.13).

Adicionalmente, Costa Lobo (2006) denotou uma ligeira diminuição do impacto da identificação partidária em todos os partidos políticos, assim como uma diferença do poder explicativo das variáveis sociais (categóricas respeitantes ao salário, ao estado de emprego, ao grau de religiosidade e à filiação sindical). A autora destacou, por outro lado, a acrescida importância dos fatores de curto prazo, nomeadamente, a simpatia e o impacto dos líderes partidários na decisão eleitoral. Ainda assim, sublinham-se diferenças entre os votantes do Bloco de Esquerda (BE) e PCP, onde os fatores sociais e ideológicos são mais significativos; enquanto que para os eleitores do PSD e CDS/PP, a avaliação dos líderes é fundamental na decisão eleitoral (Costa Lobo, 2006, p.277-284).

Numa abordagem mais integrada, consideraram-se fatores de longo e curto prazo na explicação do voto dos portugueses. Freire (2000a) considerou a importância relativa das condições económicas (nomeadamente da taxa de desemprego) na decisão eleitoral, ainda que as clivagens sociais (classe e religião) apresentassem um maior poder explicativo nos alinhamentos do eleitorado nas eleições legislativas de 1995 (Freire, 2000a, p.14). Ainda assim, Freire e Costa Lobo (2005) concluíram que, para as eleições legislativas referentes ao período entre 1984 e 1998, a decisão de voto dos eleitores baseada nas perceções de desempenho económico foi mais significativa do que o voto orientado pela classe social. Contudo, a ideologia permanece como principal determinante na escolha eleitoral (2005, p. 501-502).

A análise realizada por Freire e Santana Pereira (2012) considera três eleições legislativas nacionais (2002, 2005 e 2009) e revela que a avaliação da economia (individual e nacional) e o desempenho do governo constituem fatores preditivos da decisão eleitoral, ainda que, a ideologia, a

prática religiosa e a classe social continuem a orientar fortemente o comportamento eleitoral dos portugueses (Freire e Santana Pereira, 2012, p. 510-512).

Ao nível local, os poucos estudos existentes sobre o comportamento dos eleitores centram-se nos ciclos económicos e no desempenho do executivo local. Nessa linha, Veiga e Veiga (2007a, 2007b) sustentam que os incumbentes locais usam os investimentos (em anos eleitorais) para promoverem os itens de despesa mais visíveis, no sentido de mobilizarem o eleitorado obtendo ganhos eleitorais, e garantindo a permanência no cargo. Ainda assim, e para além das variáveis económicas, outros estudos evidenciam que, os fatores sociodemográficos e institucionais apresentaram maior significância do que os fatores económicos na participação eleitoral ao nível local (Martins e Veiga, 2012, p. 439-441).

Também Martins e Veiga (2013) encontraram alguma evidência, para o período analisado entre 1979 e 2005, na responsabilização dos executivos locais por parte dos eleitores pelo desempenho económico. Ainda que o poder político local não detenha competências neste domínio – de intervenção na política económica –, os eleitores portugueses utilizaram a sua decisão eleitoral nas eleições autárquicas, para demonstrar a sua insatisfação, por exemplo em relação aos níveis de desemprego e inflação nacionais, contribuindo para uma diminuição da probabilidade de reeleição dos incumbentes locais (p. 324-326).

Mais recentemente, com a introdução da lei de limitação de mandatos (LLM) para os detentores de cargos políticos a nível local, Veiga, *et.al.* (2017) realizaram a primeira análise à prestação do executivo municipal em termos de gestão das finanças públicas e da participação eleitoral nas eleições autárquicas, e verificaram que, nos municípios onde os Presidentes de Câmara ficaram impossibilitados de renovar o seu mandato, por força da lei, registaram-se volumes menores de despesa, nomeadamente despesas de capital face aos demais, traduzindo-se numa gestão menos eleitoralista das finanças municipais. No que concerne à participação eleitoral, os autores concluíram que a LLM afetou positivamente a afluência às urnas nas eleições autárquicas, ou seja, minimizou a tendência crescente da abstenção eleitoral. Contudo, de salientar que sendo este o primeiro estudo realizado neste âmbito merece, por isso uma atenção redobrada, nos próximos anos eleitorais no sentido de compreender se estas tendências se mantêm.

Em suma, as características sociológicas, a identificação partidária, a economia, o desempenho dos governos e os efeitos dos fatores de curto prazo, como sejam a simpatia pelos líderes, o desempenho governativo e a performance económica, são variáveis explicativas do comportamento eleitoral. A natureza do ato eleitoral – legislativas e/ou locais – determina o que “está em jogo”, explicando de alguma forma, os distintos níveis de decisão política, e a perceção dos eleitores dessa circunstância na formação das suas preferências eleitorais, e por consequência, a

influência que cada um dos fatores pode assumir, de acordo com a natureza e contexto do ato eleitoral.

Neste sentido, a reeleição dos titulares de cargos políticos, é pois, o resultado da avaliação dos eleitores, considerando os fatores estruturais e conjunturais para uma determinada eleição (dimensão temporal) e a natureza da eleição (europeia, nacional, regional ou local).

Na secção seguinte apresentamos as principais características institucionais e políticas do sistema local em Portugal.





## 2. Enquadramento Institucional Português

Com a revolução de 25 de Abril de 1974 e consequente Constituição de 1976, Portugal instituiu, a par de outros países da Europa do Sul, numa democracia representativa. A Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 abriu caminho ao processo de descentralização administrativa, consagrando os princípios de subsidiariedade e de autonomia das autarquias locais: “o Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública” (art.º 6º, n.º 1, CRP). Foi institucionalizado o nível local de governação a par do nacional e do regional onde se incluem os municípios, as freguesias e as regiões administrativas (estas ainda por instituir). Atualmente, a organização do poder local em Portugal inclui 278 municípios no Continente, 11 na região autónoma da Madeira e 19 na região autónoma dos Açores.

A organização das autarquias locais compreende enquanto órgãos políticos uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos (assembleia municipal) e um órgão executivo colegial perante ela responsável (câmara municipal) (art. 239º, n.º 1, CRP). A Câmara Municipal é eleita diretamente pelos eleitores de cada município, de quatro em quatro anos. O sistema eleitoral a nível local estabelece em termos de eleição do órgão executivo, o sistema de representação proporcional através da média mais alta de D'Hondt, em listas fechadas (art. 229, n.º 2, CRP). As candidaturas podem ser apresentadas pelos partidos políticos e por Grupos de Cidadãos Eleitores (GCEs) (art. 239º, n.º 4).

O sistema partidário ao nível local caracteriza-se pela bipartidarização, tal como a nível nacional, entre os dois partidos *catch-all* do sistema partidário, o PS e PSD, dominando em média, 80% dos votos em dois terços dos municípios portugueses (Meirinho, 2015, p. 97). As principais forças políticas são: o Partido Social Democrata (PSD), o Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP); o Partido Socialista (PS), o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP). Os grupos de cidadãos eleitores (GCEs) têm assumidos nos últimos atos eleitorais autárquicos alguma implantação eleitoral, obtendo em 2017 o controlo do executivo em 17 dos municípios portugueses, e constituindo-se como terceira força política ao nível local.

Do funcionamento do sistema político local português no últimos 40 anos, denotam-se algumas características, nomeadamente: *i)* a personalização nas eleições autárquicas, onde os cidadãos tendem a privilegiar o candidato em vez de partido político, *ii)* os partidos políticos mantêm o monopólio da representação política e dos recursos financeiros, o que tende a favorecer os partidos políticos com maior expressão e implantação eleitoral, sendo por isso penalizador para as forças políticas mais pequenas; *iii)* a longevidade do poder dos autarcas, traduzido em baixos níveis de alternância política; *iv)* a desproporcionalidade do sistema eleitoral autárquico, explicada pela baixa

magnitude das circunscrições eleitorais; v) a predominância de maiorias absolutas nos executivos e estabilidade governativa, e a vii) emergência dos GCE's desde 2001 constitui um sinal de reaproximação dos eleitores à vida local (de Sousa *et.al.*, 2015).

Do ponto de vista do exercício do poder político municipal, o Presidente de Câmara é o principal decisor político. Gere o orçamento e recursos financeiros, aprova projetos, decide sobre as políticas de investimento, autoriza o pagamento de despesas e possíveis aquisições de bens e serviços, entre outros (lei nº5A/2002). Ou seja, o Presidente de Câmara concentra uma amplitude de competências e responsabilidades que lhe confere um poder de influência alargado, caracterizando-se por um “presidencialismo municipal” (Mozzicafreddo *et.al.*, 1984), o que, contribui negativamente para o pluralismo e alternância de poder, e reforça a tendência de reeleição dos incumbentes municipais (de Sousa, 2015, p.71).

Uma das características-chave do funcionamento do sistema político local, e que sustenta em grande medida, a justificação para esta investigação é a longevidade no exercício do poder por parte dos presidentes de câmara. Isto é, a tendência de reeleição consecutiva para o executivo municipal.

Com a introdução da lei de limitação de mandatos (LLM) em 2005 – lei nº46/2005 de 29 de agosto – verifica-se pela primeira vez, a impossibilidade de recandidatura dos titulares do poder executivo municipal, que acumulem três ou mais mandatos consecutivos, nas eleições autárquicas de 2013. Os principais objetivos da introdução da lei de limitação de mandatos ao nível local situam-se ao nível da renovação da classe política, ao mesmo tempo que permitem mitigar e minimizar o alargamento das redes de interesses clientelares no domínio, por exemplo do urbanismo e da construção; fatores associados ao caciquismo, nepotismo e patrocínio nas comunidades locais; eliminar bastiões políticos e protetorados locais no interior dos partidos políticos, bem como minimizar a desconfiança dos cidadãos nas instituições políticas e da própria democracia (Ruel, 2015, p. 84).

A reeleição é, ainda assim, o produto da vontade popular, da decisão dos eleitores. No sentido de aferirmos se por via da reforma legislativa introduzida, os pressupostos dos eleitores na decisão de voto, afetam a reeleição do incumbente municipal, equacionámos a seguinte pergunta de partida: *Quais os fatores que determinam a reeleição dos Presidentes de Câmara em Portugal?*.

### 3. Enquadramento Metodológico

O enquadramento teórico procurou contextualizar o estado da arte ao nível do comportamento eleitoral e a reeleição dos incumbentes, com o intuito de delimitar e sustentar o tópico em estudo, e orientar as nossas opções metodológicas. Assim, nesta secção apresentamos os objetivos, as hipóteses de investigação assim como as variáveis de operacionalização da pergunta enunciada.

#### 3.1. Objetivo de investigação

Tendo em conta a introdução da lei de limitação de mandatos ao nível do poder local, a nossa investigação tem como principal objetivo:

i) compreender e analisar os fatores explicativos de reeleição dos Presidentes de Câmara nos 308 municípios portugueses.

Para tal, consideramos dois períodos estruturais: o período anterior à introdução da lei de limitação de mandatos (2002-2005 e 2006-2009) e o período subsequente (2010-2013 e 2014-2017), no sentido de aferir as regularidades e padrões da reeleição dos incumbentes ao nível municipal.

#### 3.2. Hipóteses

**H1-** *O eleitorado urbano tende a preferir ciclos de governação mais curtos, assim, a urbanidade tende a reduzir a probabilidade de reeleição.*

É o território que fornece o enquadramento para a ação, mobilização e representação políticas, e consequentemente é determinante na definição de políticas públicas (Keating, 1998), o eleitorado dos centros urbanos tende a ter fóruns de discussão mais alargados para as problemáticas do quotidiano; desta feita pela sua visão mais crítica será mais propenso à alternância política dos autarcas municipais.

**H2-** *Perante indicadores de desempenho económicos mais adversos ao nível municipal, os eleitores tenderão a punir o incumbente.*

Quando o estado da economia familiar é favorável, os eleitores tendem a votar nos incumbentes; por consequência, perante uma conjuntura económica adversa, seja por reduzido crescimento, diminuição do poder de compra ou aumento do desemprego, os eleitores tendem a penalizar o incumbente, transferindo o seu voto para outro candidato/partido político (Lewis-Beck e Stegmaier, 2000).

**H3- O distanciamento do eleitorado tende a beneficiar os incumbentes na sua recondução.**

Uma vez que a limitação de mandatos impossibilita a recandidatura dos incumbentes e atenua a sua longevidade no poder, é por isso, expectável que se verifique um aumento da participação eleitoral nestes municípios (Downs, 1957; Nalder, 2007).

**H4 - A introdução da lei da limitação dos mandatos vai alterar os determinantes da reeleição uma vez que os políticos terão incentivos diferentes no seu desempenho.**

Estabelecida a base teórica desta investigação, objetivos e hipóteses, de seguida apresenta-se a respetiva operacionalização.

Definiu-se como variável dependente (VD), a reeleição do Presidente de Câmara, que toma o valor 1 se foi reeleito, tendo em consideração os resultados das eleições anteriores, e 0, caso contrário. Trata-se, por isso, de uma variável binária/dicotómica.

O município é a unidade de análise. Definimos como unidade de observação a reeleição dos presidentes de Câmara nos 308 municípios portugueses para o período 2002-2017, que inclui as eleições autárquicas de 2005, 2009, 2013 e 2017, considerando e distinguindo uma quebra estrutural para o período anterior à introdução da lei de limitação de mandatos (2002-2005 e 2006-2009) e para o período subsequente (2010-2013 e 2014-2017), no sentido de identificarmos as tendências de reeleição.

Foram definidas, para a construção do nosso modelo explicativo, variáveis sociodemográficas, económicas, político-institucionais e territoriais como variáveis independentes (VI), a saber:

Variáveis territoriais

- a região (NUTS II) a que pertence cada município (*count\_nuts2*)

Variáveis sociodemográficas

- a densidade populacional (*d\_*),

- a percentagem de população idosa (*pop\_s\_per*),

- a taxa de participação eleitoral para o órgão executivo (câmara municipal) em cada eleição (*turnout*)

Variáveis económicas

- a variação da taxa de desemprego ao longo dos quatro anos que compõem cada mandato considerado (*var\_desemprego*),

- a variação do poder de compra ao nível municipal (*var\_podercompra*),

Variáveis orçamentais

- valor médio das despesas municipais pré-eleitorais (*desppreel*)

- valor médio das despesas de investimento pré-eleitorais (*invpreel*)

- valor da receita fiscal registada no ano eleitoral (*fisc\_ae*)

- valor da dívida municipal registada no ato eleitoral (*divida\_ae*).

Incluiu-se a variável da limitação de mandatos uma variável binária (*dummy\_lim*) que assume o valor 1 no caso de o Presidente de Câmara estar impossibilitado de se recandidatar e 0, caso contrário, considerada para as eleições autárquicas de 2013 e 2017.

Com o objetivo de controlar os efeitos das variáveis explicativas incluímos como variáveis de controlo o partido político do Presidente de Câmara (*partido\_presidente*) que assume os valores -2, -1, 1 e 2 (caso pertença ao partido PCP/PEV ou BE, PS, PSD e CDS, e 0, para os casos dos GCEs ou de uma coligação partidária e o partido político do executivo ao nível nacional (*partido\_pm*), sob a forma de uma variável binária que toma valor 1 quando o incumbente local partilha da mesma filiação partidária do governo nacional e 0, caso contrário.

Para dar resposta aos objetivos, testar as hipóteses enunciadas e responder à pergunta de investigação procedeu-se à recolha e construção de uma base de dados, construída a partir das várias fontes disponíveis, com o objetivo de construirmos um quadro de análise o mais completo possível, e podermos identificar algumas tendências ao nível do poder local em Portugal. A sua descrição, a construção de cada variável e as fontes de disponibilização dos dados encontram-se no anexo D (*Codebook*).



## 4. Análise e Estimação de Resultados

A presente seção visa responder aos objetivos desta investigação e testar as hipóteses formuladas na seção anterior. Numa primeira fase realizamos uma análise geral das principais variáveis, pormenorizadamente, para cada um dos quatro mandatos autárquicos no sentido de aferir regularidades e padrões que possam explicar a reeleição dos incumbentes em todos os municípios portugueses. Seguidamente, aferimos estatisticamente os determinantes da sua reeleição tendo em consideração os dois períodos de análise definidos: o período 2005 e 2009 e o período 2013 e 2017, correspondente ao período anterior e subsequente à introdução da lei de limitação de mandatos.

### 4.1. Tendências e estatística descritiva

Antes de iniciar a descrição quantitativa é necessário observar a evolução da reeleição dos Presidentes de Câmara nas respetivas eleições autárquicas assim como para a sua distribuição ao longo do território português. A Tabela 1. apresenta de forma longitudinal a reeleição dos incumbentes municipais nos anos eleitorais de 2005, 2009, 2013 e 2017. Constata-se que, 74,7% dos incumbentes foram reeleitos em 2005; 72,1% em 2009 e 75,6% em 2017, respetivamente. Nas eleições autárquicas de 2013, 103 dos 308 Presidentes de Câmara (33,4%) permaneceram no cargo, facto explicado, essencialmente, pela introdução da LLM, que impossibilitou a recandidatura de 160 titulares políticos municipais, ou seja, 78% dos autarcas municipais portugueses não reeleitos encontravam-se, em 2013, em limitação de mandato.

**Tabela 1.** - Reelection dos presidentes de câmara nas eleições autárquicas de 2005, 2009, 2013 e 2017 (em %)

	2005	2009	2013	2017
<b>Reeleitos</b>	74,7%	72,1%	33,4%	75,6%
<b>Não reeleitos</b>	25,3%	27,9%	66,6%	24,4%

Fonte: Elaboração própria.

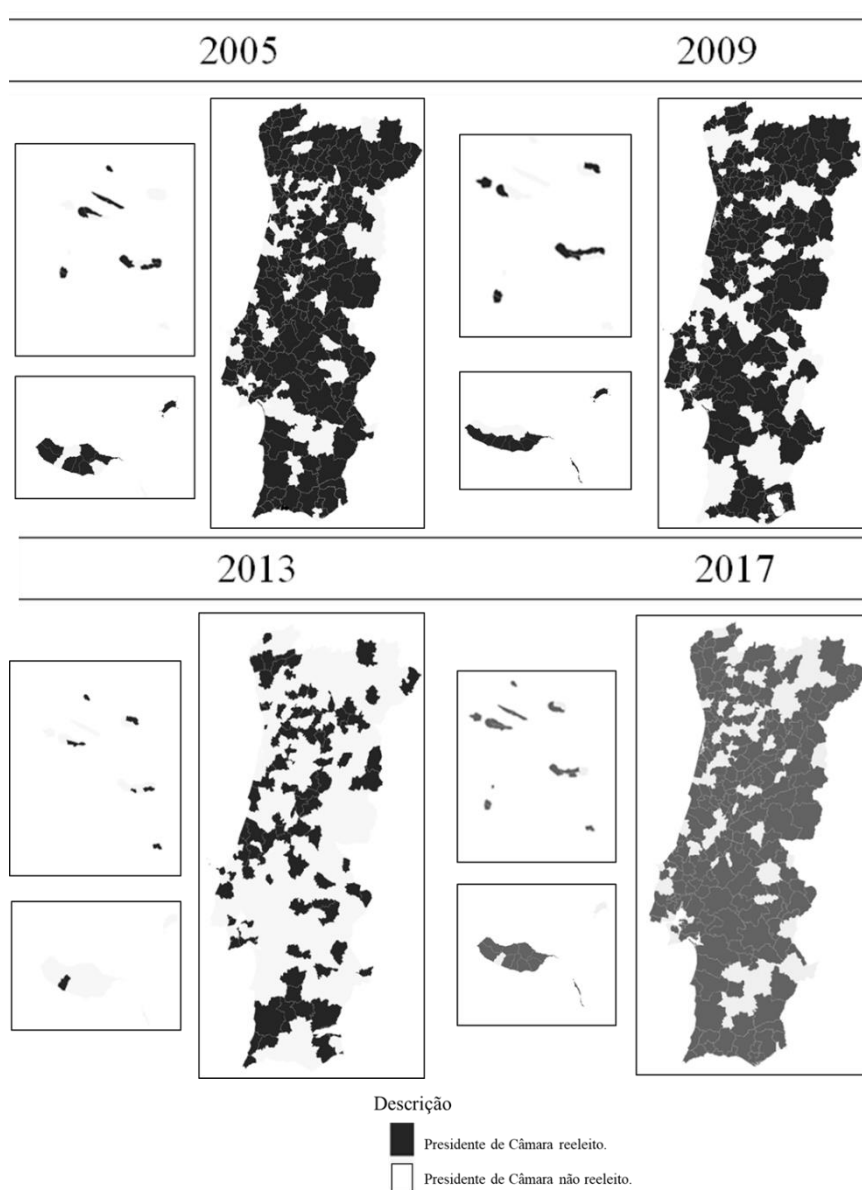
**Tabela 2.** - Total de incumbentes não reeleitos nas eleições autárquicas de 2013 e 2017

	2013	2017
<b>Pela introdução da LLM</b>	160	41
<b>Por outros motivos</b>	45	34
<b>Totais não reeleitos</b>	205	75

Fonte: Elaboração própria

Do ponto da sua distribuição territorial, a Figura 1. sublinha a tendência para uma concentração dos incumbentes reeleitos nos municípios situados no Norte do país e regiões autónomas dos Açores e da Madeira, para o período anterior à introdução da lei de limitação de mandatos (2005-2009). Para período subsequente, os resultados das eleições autárquicas de 2013, apontam para uma renovação alargada a todo o território, dos incumbentes eleitos para o primeiro mandato, seja por via da imposição legal, ou por outros motivos, onde se incluiu a concretização da alternância política.

**Figura 1.** - Presidentes de câmara reeleitos e não reeleitos nos municípios portugueses nas eleições autárquicas de 2005, 2009, 2013 e 2017



**Fonte:** Elaboração própria



A Figura 2. apresenta a distribuição por partido político, isto é, fornece o mapa territorial da distribuição dos incumbentes por partido político nos municípios portugueses nas eleições autárquicas de 2005, 2009, 2013 e 2017. O retrato geral, destaca: *i)* nos municípios situados a norte e centro do país uma preferência maioritária pelos partidos políticos de direita, o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Popular (CDS/PP); *ii)* a sul, uma preferência por partidos de centro-esquerda e esquerda, o Partido Comunista Português (PCP/PEV), o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Socialista (PS). Nos municípios da região autónoma dos Açores verifica-se uma tendência de governação local por incumbentes eleitos nas listas partidárias do PS, enquanto que na região autónoma da Madeira a titularidade dos órgãos executivos municipais são dominados pelo PSD.

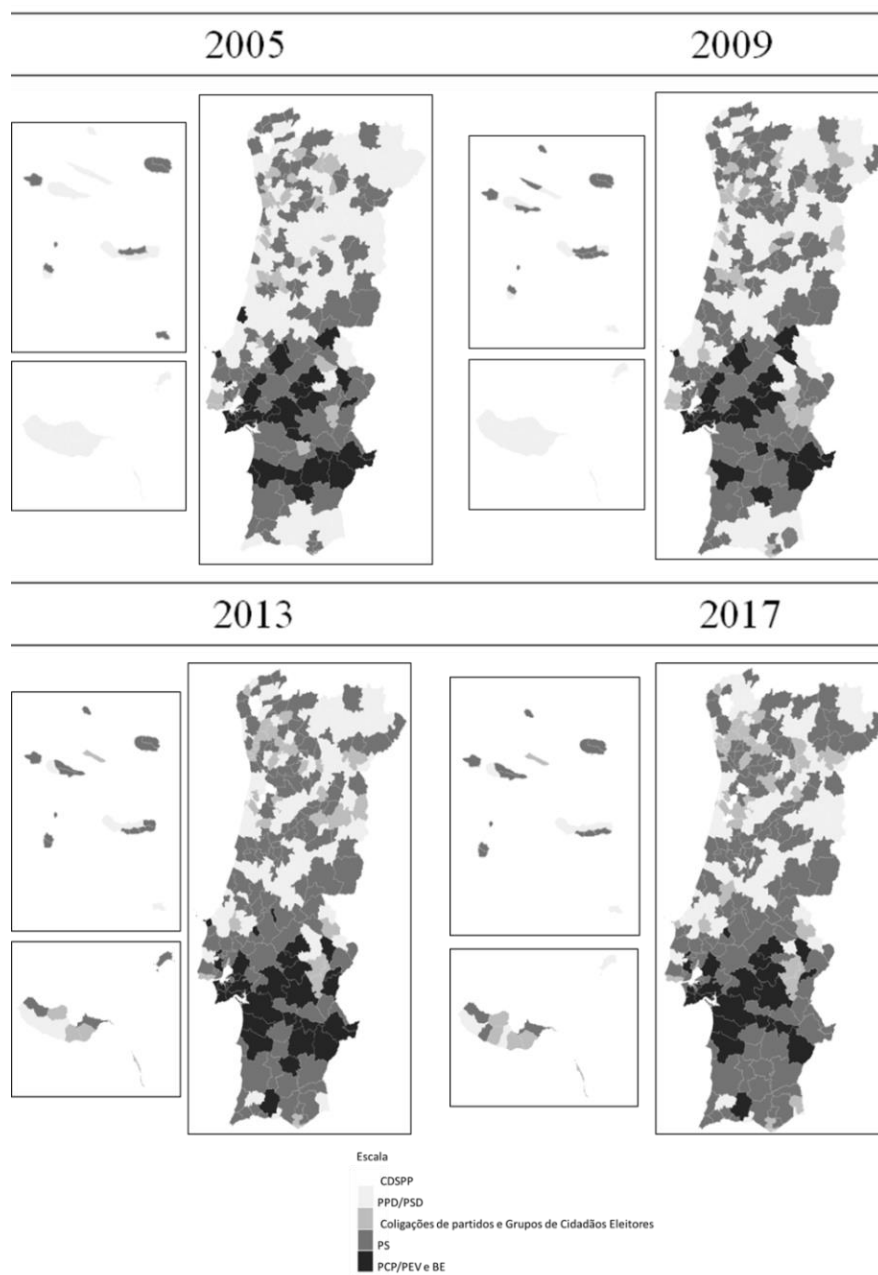
Sublinha-se ainda, a forte presença de governos municipais de orientação ideológica de centro-direita nas áreas rurais - áreas que se caracterizam pela baixa densidade populacional e pela elevada percentagem de população sénior - e de orientação de esquerda/centro-esquerda nos municípios mais urbanos (escolarizados, terceirizados e com maior percentagem de jovens), à exceção de uma parte considerável de municípios do Alentejo.

Esta distribuição sublinha um alinhamento dos eleitores ao nível do território, em linha com a evidência empírica dos estudos anteriores.

A observação dos dados permite-nos destacar que, de uma perspetiva evolutiva e longitudinal, para o período analisado – quatro ciclos eleitorais – o número de candidatos eleitos nas listas do PSD diminuiu, ao passo que, o PS registou um aumento dos titulares no exercício do poder executivo municipal.

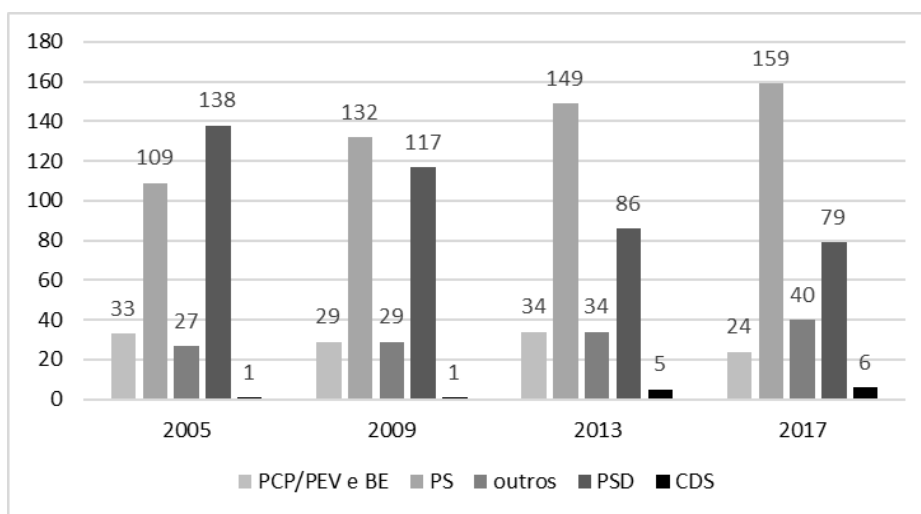
De sublinhar também, um crescente do número de presidentes de câmara eleitos em lista de coligações de partidos ou de Grupos de Cidadãos eleitores (GCEs), assim como nas listas do CDS/PP, especialmente, nas eleições autárquicas de 2013 e 2017.

**Figura 2.** - Presidentes de câmara eleitos por partido político nos municípios portugueses nas eleições autárquicas de 2005, 2009, 2013 e 2017



**Fonte:** Elaboração própria.

**Figura 3.** - Total de Presidentes de Câmara eleitos por partido político nas eleições autárquicas de 2005, 2009, 2013 e 2017



**Fonte:** Elaboração própria.

No que concerne às taxas de participação eleitoral nas quatro eleições autárquicas, a Figura 4. dá-nos a indicação de uma tendência entre os eixos litoral-interior e urbano-rural, e a afluência às urnas nas eleições autárquicas. Nos municípios situados no litoral do Continente (exceto no Alentejo), que se caracterizam por serem demograficamente mais densos e por possuírem uma vasta população residente jovem e adulta, os eleitores participam menos nas eleições autárquicas, nomeadamente, nos municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo, Alenquer, Almada, Amadora, Montijo, Seixal e Vila Franca de Xira.

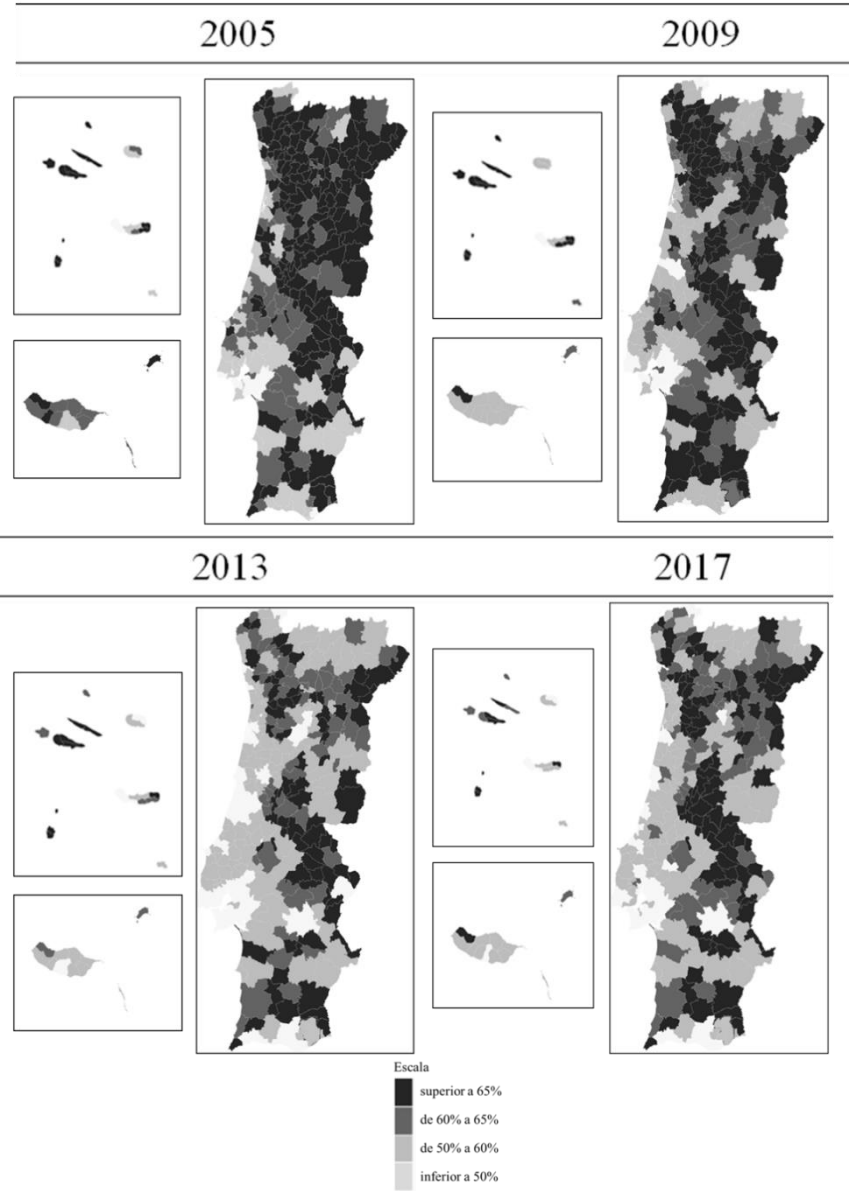
Por outro lado, os municípios situados no interior do país, tanto a norte como a sul, onde se regista uma menor densidade populacional e um maior envelhecimento da população (elevada proporção de população sénior – ver mapas no anexo E) os eleitores são mais participativos nas eleições locais. A este respeito destacam-se os municípios de Idanha a Nova, Miranda do Douro, Vinhais, Barrancos, Monforte e Nisa.

Este padrão de comportamento eleitoral nas eleições autárquicas é expectável em áreas de baixa densidade populacional, uma vez que os eleitores são mais propensos a votar, e onde o rácio entre eleitores por membros eleitos é menor, sendo mais fácil para os candidatos e partidos políticos a mobilização do voto (Blais, 2006).

É também evidente que, a relação entre os níveis de afluência às urnas nas eleições e a idade dos eleitores, principalmente aqueles que se encontram na faixa etária acima dos 65 anos, sustentada por uma componente geracional forte, na medida em que, “as gerações mais velhas não dão como

adquiridas o direito de votar, pois viveram muitos anos sem o poder fazer em liberdade” (Freire, 2001, p.19).

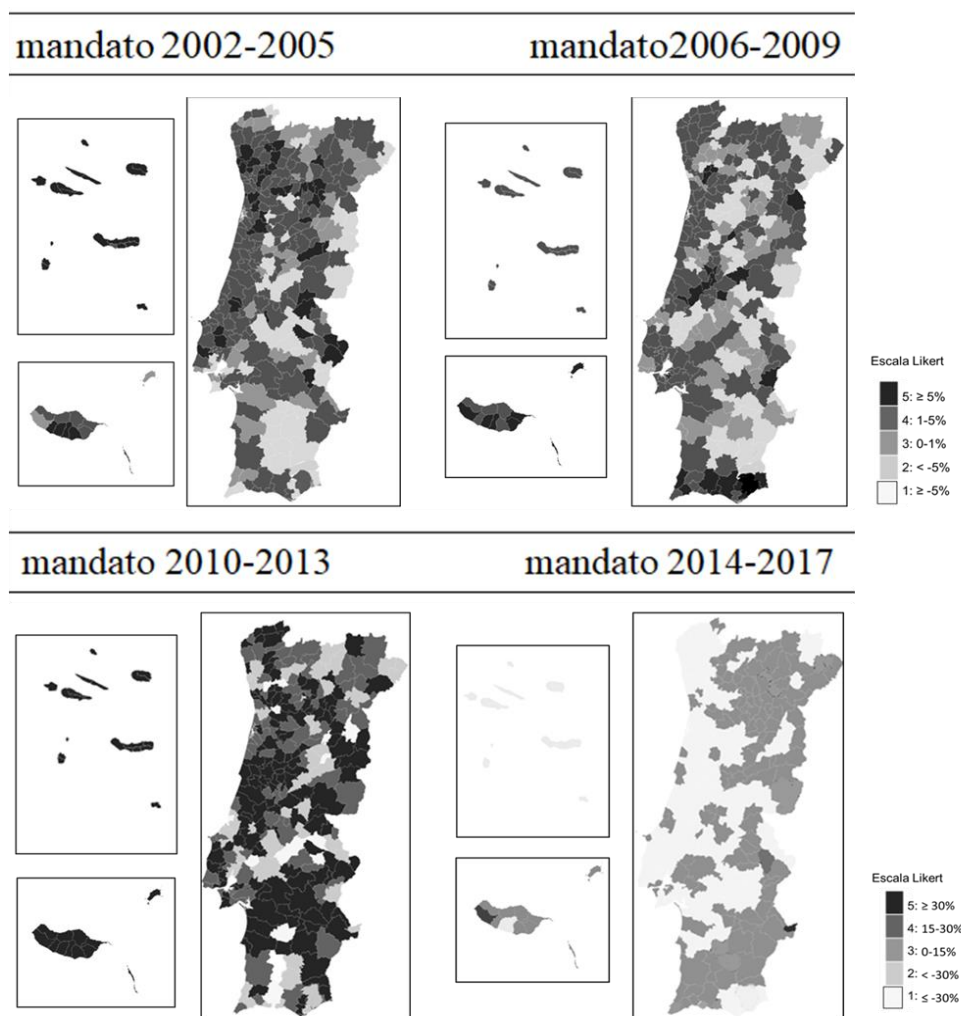
**Figura 4. -** Taxa de participação eleitoral nos municípios portugueses nas eleições autárquicas de 2005, 2009, 2013 e 2017



**Fonte:** Elaboração própria.

No que diz respeito à variável taxa de desemprego, a Figura 5. ilustra que os municípios situados no litoral, acima da Península de Setúbal e região do Algarve, foram os mais penalizados pelo aumento da taxa de desemprego, ao longo dos quatro mandatos; enquanto que os municípios mais periféricos e rurais, situados no interior do país, especialmente, nas regiões do Alentejo, Norte e Centro, foram os menos afetados pela sua situação laboral. Esta evidência poderá estar associada ao facto de no litoral concentrar uma maior parcela de população ativa, e por isso, mais propenso às oscilações de (des)emprego.

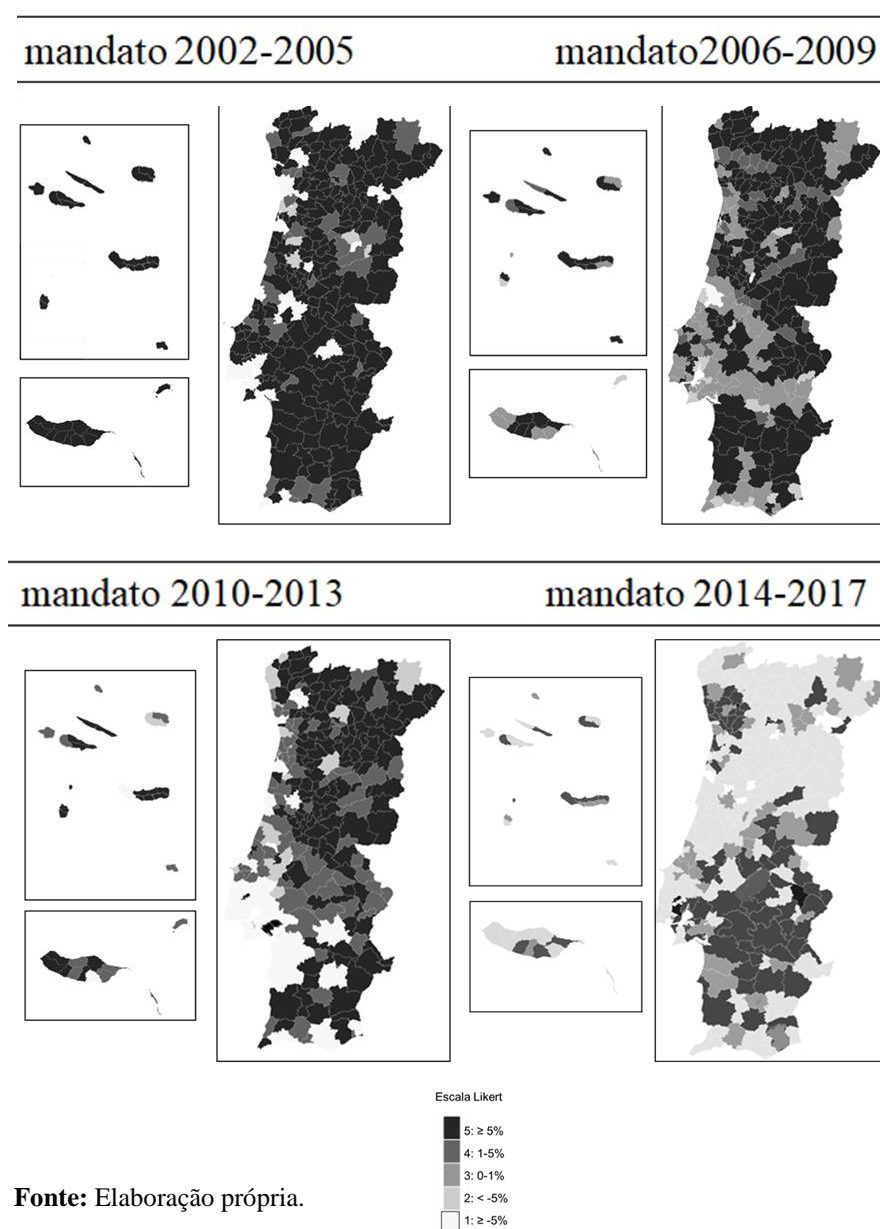
**Figura 5.** Variação da taxa de desemprego, por município, ao longo dos mandatos 2002-2005, 2006-2009, 2010-2013 e 2014-2017



**Fonte:** Elaboração própria.

A Figura 6. apresenta, para o período de observação, variações no eixo litoral-interior no que concerne ao poder de compra dos cidadãos por município. Os municípios situados ao longo da costa litoral portuguesa apresentam maior capacidade em criar riqueza, como são os casos de Faro, Albufeira, Cascais, Oeiras, Lisboa, Alcochete, Porto e Matosinhos, Aveiro, Coimbra e Leiria. Em sentido contrário, nos municípios do interior registam-se os mais baixos valores de poder de compra, designadamente, em Armamar, Celorico de Basto, Cinfães, Vila Nova de Paiva, Vinhais, Resende, Ribeira de Pena, entre outros.

**Figura 6.** - Variação do poder de compra, por município, ao longo dos mandatos 2002-2005, 2006-2009, 2010-2013 e 2014-2017



**Fonte:** Elaboração própria.

Daqui, é possível aferir que a configuração da estrutura populacional ao longo do território português, distingue-se no litoral-interior e explica fortemente as características económicas encontradas em cada município. Isto é, os municípios mais periféricos e localizados no interior do país, caracterizam-se por uma baixa densidade populacional, envelhecidos e rurais, e por com uma população ativa baixa, e cujas principais atividades económicas pertencem ao sector primário, onde a escassez de recursos determina uma capacidade limitada para gerar rendimentos. Enquanto que nos municípios situados no litoral, mais urbanos, onde a faixa etária jovem é maior (maior percentagem de população ativa), e onde estão concentrados diversos serviços, infraestruturas, oportunidades de emprego, etc., que potenciam a existência de uma economia local de escala, como também permitem às suas populações beneficiarem de um conjunto de bens/serviços que lhes é provisionado e que contribui para o seu bem-estar.

Assim, e tendo em consideração a evolução das variáveis económicas (taxa de desemprego e poder de compra) ao longo do período de observação 2002-2017, verifica-se que os municípios situados no litoral registam as maiores variações (negativas e/ou positivas) tanto em períodos de crise como de prosperidade. Sublinha-se ainda que, em termos económicos, a clivagem litoral-interior paralelamente à clivagem urbano-rural, apresenta uma importância explicativa na compreensão dos resultados políticos e eleitorais nas eleições autárquicas, especialmente quando a conjuntura económica é incorporada na decisão de voto.

#### **4.1.1. Análise comparativa - os mandatos de 2002-2005, 2006-2009, 2010-2013 e 2014-2017**

No que respeita ao primeiro momento eleitoral do nosso período de observação (2005) é notório pela distribuição territorial, por um lado, que são nos municípios mais envelhecidos (por exemplo: Pampilhosa da Serra, Gavião, Vila Velha de Ródão, Penamacor, Alcoutim, Idanha-a-Nova), onde os eleitores são favoráveis à continuidade do incumbente municipal no cargo. Por outro lado, nos municípios mais urbanizados e mais próximos do centro, os eleitores tendem a votar noutro candidato que não o incumbente, nomeadamente, nos municípios do Barreiro, Lisboa, Maia, Matosinhos, Paços de Ferreira, Paredes, Odivelas, entre outros.

As características territoriais e sociodemográficas (especialmente a idade do eleitor) dão-nos a indicação de que nos municípios de menor densidade populacional, onde a população maior de 65 anos representa uma vasta parcela da população, tem um efeito positivo na reeleição dos presidentes de câmara.

Relativamente à (variação da) taxa de desemprego ao longo do mandato autárquico 2002-2005, evidenciam-se diferenças no litoral-interior visto que foram os municípios situados ao longo

da costa litoral que registaram um maior incremento na taxa de desemprego em todo o país. Tal verificou-se, por exemplo em Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Paços de Ferreira, São João da Madeira, etc. Inversamente, nos municípios do interior registam-se as menores variações de taxa de desemprego, nomeadamente em Oleiros, Vila de Rei, Cuba, Boticas, entre outros. Neste sentido, a evidência não nos permite estabelecer uma relação entre o desempenho económico e a reeleição, na medida em que, nestes dois grupos de municípios (com variações positivas e negativas) os respetivos incumbentes foram reeleitos.

Ainda de sublinhar que, nos 258 municípios onde se verificam aumentos de taxa de desemprego ao longo deste mandato autárquico (2002-2005), 196 incumbentes foram reeleitos (ou seja, 75,97%), sugerindo que estes não foram penalizados eleitoralmente pelo desempenho da economia. Também nos 50 municípios onde a taxa de desemprego diminuiu, 33 dos presidentes de câmara, mantiveram-se no poder. Por sua vez, nestes municípios, o incumbente local não beneficiou da identificação partidária do governo nacional, visto que, apenas 20 dos 50 presidentes de câmara reeleitos convergiam na mesma filiação partidária.

Apesar das variações do poder de compra (negativas e positivas), nos vários municípios também não se denotou qualquer diferenciação em termos de resultados eleitorais, seja pela via da recompensa ou penalização do incumbente municipal. A este respeito, e para o período 2002-2005, dos 43 municípios onde se verificaram uma baixa do poder de compra dos cidadãos, 32 Presidentes de Câmara foram reeleitos (74,44%) e de entre os 265 municípios onde se registaram aumentos no poder de compra, 197 foram reeleitos (74,34%).

Relativamente ao partido político através do qual o presidente de câmara foi eleito, para o mandato de 2005-2009, verifica-se que esta não é explicativa do fenómeno de permanência do incumbente municipal no poder, ou seja, a reeleição não é considerada uma escolha partidária, visto que não se verificou qualquer alteração nos resultados eleitorais por via da origem partidária dos incumbentes (PCP, BE, PS, PSD, CDS/PP, coligações ou GCEs).

Em relação à tendência observada no mandato 2006-2009, e em comparação com o mandato autárquico anterior (2002-2005), verifica-se um aumento do número de presidentes de câmara não reconduzidos no cargo (+ 7) quer em municípios mais envelhecidos quer nos mais jovens. Também neste mandato, a decisão de voto (reeleger ou não o presidente de câmara) parece não ter sido fundamentada pela evolução da conjuntura económica ao longo do ciclo eleitoral, uma vez que tanto nos municípios onde se registaram variações negativas como positivas da taxa de desemprego, os seus incumbentes foram reeleitos em 66,66% e 71,90%, respetivamente. O mesmo constata-se relativamente ao poder de compra dado que perante situações económicas distintas (desempenho económico, positivo ou negativo, destas duas variáveis) não se verificou qualquer mecanismo de responsabilização/seleção dos governos locais nas eleições autárquicas de 2009.

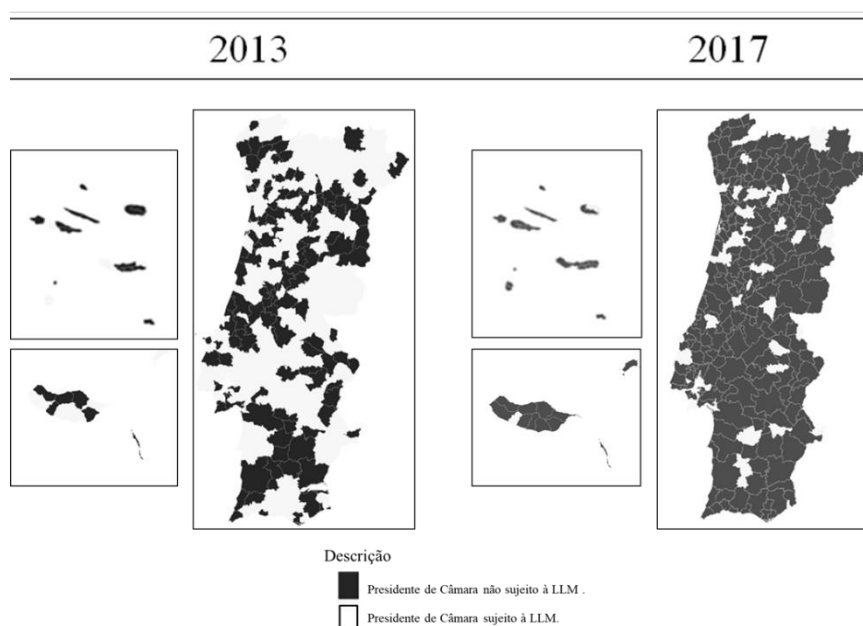


Os resultados eleitorais de 2009 sublinham um padrão de continuidade do partido político no poder municipal executivo municipal nos 36 dos 86 municípios. Isto é, apesar da substituição do titular do órgão executivo, o partido político recolheu a maioria das preferências dos eleitores, sublinhando um forte enraizamento e identificação partidária dos eleitores. Este padrão de comportamento verificou-se essencialmente nos municípios com uma estrutura etária maioritariamente sénior, como são exemplos: Campo Maior, Castro Verde, Góis, Mora, Odemira, Pampilhosa da Serra, Reguengos de Monsaraz, Sabugal, e em municípios populosamente mais densos, designadamente, Setúbal e Vizela.

Nos restantes 50 municípios verificou-se a alteração da decisão de voto dos eleitores, concretizando a alternância política, pela substituição do candidato e no apoio partidário por parte dos eleitores a outro partido, distinto da opção da eleição anterior. Esta tendência foi mais evidente nos municípios do litoral e menos periféricos, e sobretudo promovida pelos eleitores mais jovens (Barcelos, Espinho, Faro, Leiria, Trofa, Vila do Porto, Vila Franca do Campo, entre outros).

Com as eleições autárquicas de 2013, a permanência dos presidentes de câmara no poder ficou diretamente condicionada pela aplicação da lei de limitação de três mandatos consecutivos. Estas eleições, que constituíram um marco na história do poder local português, introduziram uma nova dinâmica na competição política local, quer para os incumbentes impedidos de reeleição quer para os próprios eleitores.

**Figura 7.** – Limitação de mandatos do presidente de câmara por município (2013 e 2017)



**Fonte:** Elaboração própria.

Em termos de comportamento eleitoral, as eleições autárquicas de 2013 revelam que, de entre os 160 municípios onde os presidentes de câmara se encontravam em situação de limitação de mandatos, 136 registaram um decréscimo de participação eleitoral em relação às eleições anteriores (2009). De entre os municípios, destacam-se sobretudo as autarquias do litoral, como Almada, Albufeira, Gondomar, Montijo, Portimão. Nos municípios de Almodôvar, Borba, Monção, Oleiros e Sernancelhe registou-se a tendência inversa, onde a afluência às urnas superou os valores da eleição anterior.

Nos municípios onde os presidentes de câmara foram reeleitos, a taxa de participação eleitoral apresenta uma tendência decrescente. Apenas nos municípios de Aljustrel, Arronches, Barrancos, Castanheira de Pêra, São João da Pesqueira e Vinhais (6 em 104), a participação eleitoral foi superior às eleições autárquicas de 2009, municípios marcadamente com eleitores de uma estrutura etária sénior e com baixa densidade populacional. Assim, podemos sublinhar que a participação eleitoral, nas eleições autárquicas de 2013 tende a estabelecer um efeito positivo com a estrutura sociodemográfica dos eleitores.

A influência da dimensão territorial na reeleição dos presidentes de câmara nas eleições de 2013 não é tão evidente face às eleições anteriores, na medida em que a maioria dos presidentes de Câmara em limitação de mandatos exercia o seu mandato em municípios situados nas regiões do Norte e Centro do país.

A localização territorial destes municípios (interior, periférico e rural) assim como a estrutura etária sénior, determinou que os eleitores privilegiassem a manutenção do *status quo* aquando da sua decisão eleitoral, reelegendo sucessivamente o mesmo candidato, titular do órgão executivo municipal, até ao momento em que foi introduzida a limitação de mandatos.

Contudo, dos 160 municípios cujos presidentes de câmara foram impedidos de procurar a reeleição no cargo, pela imposição da lei de limitação, em 107 verificou-se a continuidade do partido político. A este respeito sublinha-se que: *i)* 54,2% dos presidentes eleitos foram eleitos pelo PCP, BE e PS; *ii)* 66% da população nestes municípios caracterizavam-se demograficamente pelo envelhecimento populacional; *iii)* nos restantes municípios, situados no litoral e cuja população é essencialmente jovem e adulta, sublinha-se uma forte ligação ao partido político pelo que os seus eleitores votam, maioritariamente, no partido, independentemente do candidato que é apresentado, ou seja, o voto destes eleitores é baseado, essencialmente, em fatores distais, baseados na estrutura social e na identificação partidária. São exemplos, os municípios da Amadora, Almada, Esposende, Cascais, São João da Madeira, Seixal, entre outros.

Os resultados das eleições autárquicas de 2013, ditaram assim, a alternância política em apenas 53 dos 160 municípios, mantendo-se a dinâmica bipartidária a nível local, onde a alternância se concretiza entre os dois partidos com maior expressão eleitoral (PS e PSD),

com destaque para os municípios Alijó, Arruda, Carregal do Sal, Covilhã, Mortágua, Trancoso e Vila Real, etc.

De salientar, para este período eleitoral, e num contexto de crise e de intervenção externa da *troika* a Portugal, onde foram impostos também, a nível local, políticas de austeridade e de cortes substantivos, os eleitores não penalizaram os incumbentes locais pelo desempenho económico, cujos efeitos diretos se fizeram sentir, em especial, através do aumento das taxas de desemprego. Pelo que, tanto nos municípios onde se registaram as taxas de desemprego mais altas (Castanheira de Pêra, Monchique e Vinhais) e as mais baixas (Alcochete, Torres Vedras e Sesimbra) os presidentes de câmara permaneceram no exercício do cargo, sugerindo que, a performance económica não se afigura determinante na reeleição do incumbente local. Note-se, no entanto, que nos municípios onde se registaram as variações positivas de taxa de desemprego, a sua população é maioritariamente sénior (inativa/reformada), e por isso, o seu impacto poderá ser nulo.

O facto de estas eleições autárquicas coincidirem com a impossibilidade de avaliação da performance dos incumbentes locais em situação de limitação de mandato, poderá de alguma forma ter mitigado as perceções por parte dos eleitores, em relação à conjuntura económica. Em todo o caso, para as eleições autárquicas de 2013, a análise dos dados sublinha pela primeira vez o efeito da convergência e do alinhamento partidário entre partido do Primeiro-ministro no governo nacional (PSD e CDS/PP) e a reeleição do partido do incumbente ao nível local. Isto é, no quadro dos 40 incumbentes locais, em condições elegíveis para a reeleição, que partilhavam a mesma orientação partidária do governo nacional, 33 mantiveram-se na titularidade do executivo municipal. Ainda que, neste ato eleitoral, à semelhança das eleições anteriores (2005 e 2009), a identificação partidária não constitua *per se* um determinante da reeleição.

No que diz respeito às eleições autárquicas de 2017, os resultados eleitorais evidenciam a importância das divisões litoral-interior e urbano-rural na explicação da permanência do incumbente municipal no poder.

A introdução da limitação de mandatos ao titular do órgão executivo municipal permitiu um reconfiguração do mapa político, e em 2017, isto é, no segundo momento de observação desta alteração “do jogo político”, dos 233 presidentes de câmara reeleitos, 145 deles (62,7%), estão a cumprir no presente ciclo político (2018-2021) o segundo mandato autárquico.

Tal como para as eleições anteriores, a identificação partidária do incumbente local parece não ser significativa na explicação da sua permanência no cargo, assim como, o alinhamento partidário com o governo nacional (a exceção foi a eleição autárquica de 2013). Ainda assim, nos 34 municípios onde os presidentes de câmara deixaram o exercício do cargo, por outros motivos que não a LLM,

apenas em 10<sup>1</sup> se verificou a continuidade do partido político. Nos restantes, os incumbentes foram substituídos, concretizando a alternância política.

Em termos económicos, durante o mandato autárquico (2014-2017) assistiu-se à saída da *troika* e o fim do plano de ajustamento económico-financeiro a Portugal, a um ligeiro arrefecimento da crise e a melhoria no emprego na grande maioria dos municípios. Estes fatores não impediram a avaliação por parte dos eleitores ao contexto económico, e sua penalização aos incumbentes locais. Os resultados das eleições de 2017 traduzem que os eleitores utilizam a sua perceção da performance económica na responsabilização dos incumbentes. Mas para o nosso caso, não é efeito de ciclo eleitoral imediato, isto é, verifica-se um *gap* eleitoral de um ciclo político na avaliação económica por parte dos eleitores portugueses em eleições autárquicas.

---

<sup>1</sup> Cabeceiras de Basto, Carrazeda de Ansiães, Crato, Felgueiras, Golegã, Lisboa, Marinha Grande, Oeiras, Povoação e Ribeira de Pena.

## 4.2. Os determinantes da reeleição dos presidentes de câmara

Nesta seção apresentamos, os resultados referentes às estimações econométricas do modelo logit (Tabela 3. e 4.) para os dois períodos da análise: as eleições autárquicas anteriores (2005 e 2009) e subsequentes (2013 e 2017) à introdução da lei de limitação de mandatos.

**Tabela 3.** - Os determinantes da reeleição dos presidentes de câmara nas eleições anteriores à introdução da lei de limitação de mandatos (2005 e 2009)

<b>Variável dependente – reeleição</b>		
<b>Variáveis</b>	<b>Coefficiente (desvio padrão)</b>	<b>Efeitos marginais</b>
Região NUTS II	-0,2244494** (0,1034179)	-0,0420401**
População jovem	11,92238 (14,28839)	2,233101
População sénior	2,208683 (5,515865)	0,4136937
Partido político presidente de câmara	0,1367369 (0,1930394)	0,0256113
Alinhamento partidário	-0,6935703* (0,3806522)	-0,1327001*
Participação eleitoral	-7,800911*** (2,412901)	-1,461137***
Taxa de desemprego	-1,061956* (0,5572056)	-0,1989079*
Poder de compra	0,9365732 (1,644845)	0,1754233
Despesas municipais pré-eleitorais	0,0009986 (0,0008001)	0,000187
Despesas municipais de investimento pré-eleitorais	-0,0021514 (0,0013483)	-0,000403
Receitas fiscais	-0,0005631 (0,001369)	-0,0001055
Dívida municipal	-0,0000894 (0,0002824)	-0,0000167
Constante	4,993581 (3,521822)	
Número de observações		308

**Fonte:** Elaboração própria.

**Notas:** Resultados da regressão logit para os períodos anteriores à introdução da LLM.

\*(p≤0,1); \*\*(p≤0,05); \*\*\*(p≤0,01).

Os resultados que reportam ao período eleitoral anterior à introdução da LLM (2005 e 2009), apresentados na Tabela 3., indicam que a dimensão territorial/geográfica (expressa através das regiões NUTS II- *count\_nuts2*) é significativa, e afeta a probabilidade de reeleição dos presidentes de câmara.

Denotamos, assim, que nos municípios a Norte de Portugal existe uma maior propensão para os eleitores reconduzirem o incumbente municipal enquanto que, nos municípios da região Sul e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se uma propensão menor para a reeleição dos incumbentes locais, e, por conseguinte, a concretização de alternância política.

Assim, a probabilidade de reeleição varia consoante a região nas eleições anteriores à introdução da lei de limitação de mandatos.

Em relação às variáveis de ordem sociodemográfica, são estatisticamente não significativas no modelo proposto para este subperíodo. Relativamente, às variáveis económicas e orçamentais registadas a nível municipal, apenas a taxa de desemprego se revela estatisticamente significativa (10%), indicando-nos que um aumento desta variável ao longo do mandato autárquico diminuiu a probabilidade de reeleição do presidente de câmara em 19,89 pontos percentuais, *ceteris paribus*. Ou seja, os eleitores, confrontados com uma conjuntura económica adversa tendem a penalizar os atuais governantes.

Os resultados mostram também que quando o presidente de câmara partilha a mesma filiação partidária do governo nacional (*partido\_pm*), a sua probabilidade em permanecer no poder autárquico diminuiu em 13,27 pontos percentuais, *ceteris paribus*.

Em termos políticos, verificámos também os efeitos partidários (expressos através da variável *partido\_presidente*) Neste caso específico, o partido do munícipe não está relacionado com a probabilidade de reeleição, o que nos leva a concluir que o fato de ser reeleito não se liga a questões partidárias.

Não obstante, verifica-se a existência de associação por parte do eleitor entre o poder central e o poder local; isto porque, estar alinhado com o partido do poder central reduz a probabilidade de reeleição do incumbente. Ou seja, o candidato ao município vai ser vítima de sanção por eventual insatisfação com as diretrizes do poder central.

O valor negativo do efeito relativo à variável participação eleitoral, estatisticamente significativo, indica que a afluência dos cidadãos às urnas traduz uma diminuição de, aproximadamente 146,11 pontos percentuais, na probabilidade de reeleição dos presidentes de câmara, *ceteris paribus*.

Note-se que existem custos de governar (*costs of ruling*) isto é, os governos e os seus representantes políticos tendem a perder popularidade ao longo do tempo, sendo por isso expectável

uma diminuição da probabilidade de reeleição dos detentores de cargos políticos (Nannestad e Paldam, 1994).

Em suma, podemos concluir que, para o período anterior à lei de limitação de mandatos – eleições autárquicas de 2005 e 2009 - existe um efeito de territorialidade na probabilidade de reeleição do incumbente municipal, ainda que não seja possível, neste modelo, determinar o sentido (positivo ou negativo) nem a sua magnitude. Das variáveis económicas, apenas a taxa de desemprego afeta a reeleição, isto é, devido a esta circunstância económica (ou seja, ao seu aumento) o eleitor tende a punir o incumbente. Adicionalmente a probabilidade de reeleição do incumbente municipal é mais favorável nos municípios onde os eleitores privilegiam a abstenção.

Os resultados das estimações referentes ao período subsequente à introdução da LLM, para as eleições de 2013 e 2017, apresentados na Tabela 4., mostram que a dimensão territorial/geográfica (*count\_nuts2*) perdeu significância estatística com a limitação de mandatos. Este resultado poderá eventualmente atribuir-se ao facto de os municípios cujos chefes do executivo municipal ficaram impossibilitados de apresentar candidatura pertenciam, na sua maioria, às regiões do Norte e Centro.

**Tabela 4.** - Os determinantes da reeleição dos presidentes de câmara nas eleições subsequentes à introdução da lei de limitação de mandatos (2013 e 2017)

<b>Variável dependente – reeleição</b>		
<b>Variáveis</b>	<b>Coeficiente (desvio padrão)</b>	<b>Efeitos marginais</b>
Região NUTS II	0,103276 (0,1019331)	0,182725
Densidade populacional	-0,0003657** (0,0001816)	-0,0000647**
População jovem	-21,15659 (15,16345)	-3,743568
População sénior	-3,103641 (5,022903)	-0,5491241
Partido político presidente de câmara	-0,2564656 (0,218423)	-0,0453762
Alinhamento partidário	-0,5404858 (0,4215352)	-0,0951059
Taxa de participação eleitoral	-5,367799** (2,352026)	-0,9497194**
Taxa de desemprego	0,0064635 (0,5916244)	0,0011436
Poder de compra	-2,04927 (1,945681)	-0,3625752
Despesas municipais pré-eleitorais	0,0002998 (0,0004941)	0,000053
Despesas municipais de investimento pré-eleitorais	-0,0002235 (0,0010641)	-0,0000395
Receitas fiscais	-0,0003122 (0,0017208)	-0,0000552
Dívida municipal	-0,0001292 (0,000194)	-0,0000229
Constante	7,871655 (3,559373)	
Número de observações		308

**Fonte:** Elaboração própria.

**Notas:** Resultados da regressão logit para os períodos subsequentes à introdução da LLM.

\*( $p \leq 0,1$ ); \*\*( $p \leq 0,05$ ); \*\*\*( $p \leq 0,01$ ).



A abordagem ao território ganha neste modelo novos contornos através da densidade populacional. Efetivamente a análise regional através das regiões NUTS II falha a significância estatística, contudo, verificámos que, a densidade populacional é significativa a 5% e produziu efeitos negativos na probabilidade de reeleição dos Presidentes de Câmara portugueses. Posto isto, quanto mais densos os municípios se apresentam (nomeadamente os localizados no litoral de Portugal e os que se caracterizam por serem áreas urbanizadas) menor será a probabilidade de reeleição dos seus incumbentes locais. Contrariamente, os municípios com reduzida densidade populacional (nomeadamente, os localizados no interior do país e que se caracterizam por serem áreas rurais) tendem a optar pela continuidade do incumbente.

No momento imediatamente subsequente à introdução de limites à renovação sucessiva de mandatos, encontrámos somente uma variável política, a participação eleitoral, com impacto significativo a 5% na reeleição dos incumbentes, indicando que um aumento da afluência às urnas no dia das eleições autárquicas diminui a probabilidade de reeleição do presidente de câmara em 94,97 pontos percentuais, *ceteris paribus*. Esta variável política tinha sido já apresentada como preditor da reeleição para as eleições anteriores (2005 e 2009) à introdução da lei de limitação de mandatos, contudo, para as eleições subsequentes (2013 e 2017) à LLM, regista um coeficiente mais alto (*verificação da H3*).

Há semelhança das eleições anteriores (2005 e 2009), as outras variáveis, designadamente, população idosa, população jovem, partido político do presidente de câmara e o poder compra mostraram-se estatisticamente insignificativas. Também a taxa de desemprego e o alinhamento partidário ao governo nacional perderam significância na explicação da permanência no poder por parte do incumbente municipal. Uma possível interpretação para estes resultados pode estar relacionada com o facto de os eleitores, nas eleições posteriores à imposição legal referida (2013 e 2017) tenham tomado a sua decisão, com base em outros fatores inerentes ao próprio momento eleitoral, nomeadamente a escolha do novo candidato político, não tendo incorporado a conjuntura económica e política (nacional) na escolha eleitoral, como o fizeram nas eleições anteriores à aprovação da referida legislação.

Assim, e assumindo o ano eleitoral de 2013 como quebra estrutural, pela introdução de uma reforma institucional - a lei de limitação de mandatos ao nível do poder local - verificamos que esta lei teve impacto significativo no comportamento dos eleitores, refletindo-se na alteração dos determinantes da reeleição dos presidentes de câmara em Portugal (*verificação da H4*).

Relativamente, à H1 que era expectável “a urbanidade tende a reduzir a probabilidade de reeleição”, verificamos o efeito de territorialidade na probabilidade de permanência do incumbente municipal evidenciado para as eleições de 2005 e 2009, não se mantendo para as eleições subsequentes à aplicação da LLM. Tal significa que os determinantes de reeleição com base no

território alteraram-se significativamente no momento da imposição da lei, contudo denotámos que a variável densidade populacional ( $d_{-}$ ), revelou um poder explicativo na reeleição dos incumbentes municipais.

Em relação à H2 que considerava “perante indicadores de desempenho económicos mais adversos ao nível municipal, os eleitores tenderão a punir o incumbente”, os resultados indicam a rejeição parcial desta hipótese pelo que, no momento após a introdução da lei seria expectável a penalização (ainda que indireta) do chefe do executivo municipal, o eleitorado não se serviu de nenhum mecanismo de responsabilização. Deste modo, parece-nos que não houve responsabilização por parte dos eleitores, essencialmente pelo fato de a limitação de mandatos poderá ter “encoberto” os efeitos da economia pelo que os eleitores foram confrontados com a escolha do novo candidato ao órgão executivo municipal, e nesse sentido, a performance económica, a partir do nosso modelo, não afetou a reeleição dos incumbentes.

## 5. Conclusões

A reeleição corresponde à dimensão temporal do exercício do poder político. Concretiza, o tempo de permanência dos governantes na titularidade de cargos político e a renovação do mandato por várias eleições consecutivas (Ruel, 2015, p. 81). Identificar os fatores determinantes da reeleição nos contextos dos detentores da titularidade do poder executivo municipal em Portugal foi o principal objetivo desta dissertação.

Com a introdução da reforma institucional no quadro da competição política local – a aplicação da lei de limitação de mandatos autárquico (apenas para o incumbente executivo municipal) - nas eleições autárquicas de 2013, era expectável que, os determinantes da reeleição dos incumbentes se alterassem. Tomando como hipóteses de investigação fatores territoriais, económicos e de participação eleitoral, propusemo-nos a identificar os determinantes de reeleição dos presidentes de câmara em Portugal ao longo de quadro ciclos eleitorais autárquicos (2005, 2009, 2013 e 2017), utilizando como quebra estrutural as eleições de 2013, dado que foi introduzida uma alteração às “regras do jogo” local. Analisámos as eleições anteriores à entrada da limitação de mandatos (2005 e 2009) e as eleições posteriores (2013 e 2017), no sentido de aferir os determinantes do comportamento eleitoral em eleições autárquicas em Portugal (câmara municipal) e os seus efeitos na probabilidade de reeleição dos incumbentes, e se esses fatores explicativos se mantiveram constantes ou se alteraram em resultado da introdução da lei de limitação de mandatos. Para tal utilizámos várias variáveis, designadamente, sociodemográficas, político-institucionais, económicas e territoriais.

Através da análise de dados e da sua distribuição ao longo do território português, concluímos que existe um notório efeito de territorialidade na reeleição dos presidentes de câmara em Portugal, isto é, a probabilidade de reeleição é afetada pela região na qual os municípios se inserem. Sublinhamos, por isso, a importância das regiões territoriais/geográficas no comportamento dos eleitores na decisão eleitoral.

Ainda assim, não foi possível, através do nosso modelo, verificar a magnitude nem o sentido do efeito territorial na reeleição (positivo ou negativo e em que proporção dos municípios).

O eleitorado dos municípios situados nas regiões (NUTS II) do Norte e do Centro apresentam uma maior propensão para reeleger o incumbente local face aos municípios do Sul, da RAA, e da RAM. Contudo, e por via da reforma legislativa (LLM) 160 Presidentes de Câmara ficaram impossibilitados de apresentar candidatura nas eleições de 2013, e 41 em 2017, sendo os do Sul e Regiões Autónomas os menos afetados. Consequentemente, o mapa eleitoral sofreu uma alteração significativa.

Por outro lado, as características sociodemográficas presentes nos diversos municípios mostraram-se também explicativas nas taxas de participação nas eleições autárquicas sendo que as

maiores taxas se registaram nos municípios localizados no interior, onde o peso da população sénior é maior, corroborando a evidência encontrada por Freire (2000a). Verificámos igualmente uma gradual diminuição da participação eleitoral ao longo dos quatro momentos eleitorais, particularmente nos municípios cujos presidentes de câmara foram substituídos, em 2013, face às contingências legais; enquanto para as eleições de 2017, a evidência foi no sentido inverso. Contudo, podemos afirmar que uma menor participação eleitoral dos eleitores afeta a probabilidade de reeleição, isto é, o incumbente beneficia com a abstenção.

Confirmámos ainda que a identificação partidária, traduzida no partido político representado pelo presidente de câmara, continua a ser uma característica imutável ao longo do tempo, denotando-se uma notória relação entre o partido político e o território. Ainda assim, não se revelou estatisticamente significativa.

Os resultados evidenciaram também que, antes da introdução da limitação de mandatos, o eleitorado penalizou o incumbente local pela evolução da taxa de desemprego, contudo e a partir de 2013 não se verificou qualquer efeito da performance económica na decisão de voto dos eleitores. Note-se que estas eleições coincidiram com o culminar da crise económico-financeira em Portugal e com a introdução da lei de limitação de mandatos e por isso, os efeitos económicos não se traduziram na penalização dos incumbentes por parte dos eleitores.

Ainda assim, e de forma a premiar ou a penalizar o incumbente local, os eleitores só poderão fazê-lo, de forma indireta, isolando e tendo a clareza na atribuição de responsabilidades, tendo em consideração as condições económicas que são controladas a nível local. A este respeito, e no sentido de haver uma maior responsabilização dos governos locais, os cidadãos deverão envolver-se e ter um melhor acesso à informação municipal, sendo que uma maior *accountability*, um maior envolvimento popular nas decisões políticas potenciará um maior conhecimento do funcionamento municipal e, consequentemente, traduzir-se-á num voto mais racional e consciente. Dado o alargamento de competências das autarquias, esta questão torna-se cada vez mais indispensável ao bom funcionamento e qualidade da democracia local.

Em síntese, compreender as dinâmicas do comportamento eleitoral ao nível local permitiu-nos aferir determinadas variáveis, negligenciadas pela literatura e pelos vários estudos realizados em Portugal. De acordo com o nosso modelo, e apesar da introdução de limite à renovação sucessiva dos mandatos dos titulares dos órgãos executivos municipais, esta reforma institucional teve efeito sobre a probabilidade da decisão eleitoral. Isto é, as motivações dos eleitores na escolha eleitoral não se mantiveram constantes, pelo que os determinantes da reeleição dos presidentes de câmara não foram os mesmos para as eleições anteriores (2005 e 2009) e subsequentes (2013 e 2017) à limitação de mandatos.

Para investigação futura pretendemos elaborar outros modelos que incluam variáveis económicas, relacionadas com as finanças públicas municipais, bem como explicar, através do efeito da territorialidade do voto, o sentido e a magnitude deste efeito.



## BIBLIOGRAFIA

- Alesina, A., Roubini, N. e Cohen, G. (1997). *Political Cycles and the Macroeconomy*. Cambridge: MIT Press.
- Anderson, C. J. (2000). Economic voting and political context: a comparative perspective. *Electoral studies*, 19(2), 151-170.
- Anderson, C.D. (2006). Economic voting and multilevel governance: A comparative individual-level analysis. *American Journal of Political Science*, 50(2), 449-463.
- Blais, A.(2006).What affects voter turnout?. *Annual Review of Political Science*, 9(1), 111-125
- Campbell, A., Converse, P. E., Miller, W. E., e Stokes, E. (1960). *The American voter*. Chicago: University of Chicago Press.
- Dahl, R. A. (1998). *On democracy*. Yale: Yale University press.
- Dalton,R. (2000). The decline of party identification. Em D.J. Russell e M.P. Wattenberg (orgs.), *Parties without partisans* (pp.19-36). Nova Iorque: Oxford University Press.
- Dalton, R.(2016). Party Identification and Its Implications. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. (org.), Consultado de <http://politics.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-72>.
- Dalton, R., Flanagan, S., e Beck., P. (1984). Electoral change in advanced democracies: realignment ore dealignment?. Em R. Dalton, S. Flanagan e P. Beck (orgs.), *Electoral Change in Advanced Industrial Societies: Realignment or Dealignment?* (pp.3-22). Princeton: Princeton University Press.
- de Sousa, L. (2015). Constrangimentos ao Pluralismo I: sobre a relação Executivo-Oposição. Em L. de Sousa, S. Jorge, A. Tavares, e N. da Cruz (orgs.), *A Reforma do Poder Local em Debate* (pp. 71–79). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Downs, A., (1957). *An Economic Theory of Democracy*. Nova Iorque: Harper Collins Publishers.
- Elff, M. (2007). Social Structure and Electoral Behavior in Comparative Perspective: The Decline of Social Cleavages in Western Europe Revisited. *Perspectives on Politics*, 5(2), 277-294.
- Freire, A. (2000a). Clivagens, conjuntura económica e comportamento eleitoral em Portugal: uma análise das legislativas de 1995 com dados agregados. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (32), 23-54.
- Freire, A. (2000b). Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995. *Análise Social*, 115-145.
- Freire, A. (2001). *Modelos do comportamento eleitoral: uma breve introdução crítica*. Oeiras: Celta Editora.
- Freire, A. (2002). Realinhamentos eleitorais, 1983-1999: estruturas sociais, economia e voto partidário. *Análise Social*, 121-149.
- Freire, A., e Lissi, M. (2015). Reformas eleitorais autárquicas (passadas e futuras). Em L. de Sousa, S. Jorge, A. Tavares, e N. da Cruz (orgs.), *A Reforma do Poder Local em Debate* (pp.109-120). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Freire, A., e Lobo, M. C. (2005). Economics, ideology and vote: Southern Europe, 1985–2000. *European Journal of Political Research*, 44(4), 493-518.
- Freire, A., e Santana-Pereira, J. (2012). Economic voting in Portugal, 2002–2009. *Electoral Studies*, 31(3), 506-512.
- Gaspar, J., André, I., e Honório, F. (1984). As Eleições para a Assembleia da República. Em J. Gaspar, I. M. André e F. Honório (orgs.), *Geografia Eleitoral (II)* coletânea de artigos (pp. 83-173). Lisboa: CEG.
- Harrop, M., e Miller, W. L. (1988). Models of voting. Em M. Harrop e W. L. Harrop (orgs.), *Elections and voters: a comparative introduction* (pp. 130-172). Basingstoke: Macmillan
- Inglehart, R. F. (1977). *The silent revolution: changing values and political styles among western publics*. Princeton University Press
- Inglehart, R. F. (2008). Changing values among western publics from 1970 to 2006. *West european politics*, 31(1-2), 130-146.
- Jalali, C. (2003). A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspetiva futuras. *Análise Social*, 38 (167), 547-552.
- Jalali, C. (2004). As mesmas clivagens de sempre? Velhas clivagens e novos valores no comportamento eleitoral português”. Em A. Freire et al., (orgs.) *Portugal a votos – as eleições legislativas de 2002* (pp. 87-119). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Keating, M. (1998). *The New Regionalism in Western Europe: Territorial Restructuring and Political Change*. Aldershot: Edward Elgar.
- Kriesi, H. (1998). The transformation of cleavage politics: The 1997 Stein Rokkan lecture. *European journal of political research*, 33(2), 165-185.
- Lewis-Beck, M. S., e Paldam, M. (2000). Economic voting: an introduction. *Electoral Studies*, 19(2-3), 113-121.
- Lewis-Beck, M. S., e Stegmaier, M. (2000). Economic determinants of electoral outcomes. *Annual Review of Political Science*, 3(1), 183-219.
- Lewis-Beck, M. S., e Stegmaier, M. (2016). Economic Judgment. Em F. A. Moghaddam, (org.) *The SAGE Encyclopedia of Political Behavior* (pp. 215-216). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Lipset, S., e Rokkan, S. (1967). Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos dos eleitores. Em S. Lipset (orgs.), *Consenso e Conflito* (pp. 161-259). Lisboa: Gradiva.
- Lobo, M. C. (2006). Short-term voting determinants in a young democracy: Leader effects in Portugal in the 2002 legislative elections. *Electoral Studies*, 25(2), 270-286.
- Manin, B. (1997). *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Martins, R., e Veiga, F. J. (2012). Economic performance and turnout at national and local elections. *Public Choice*, 157(3-4), 429-448.
- Martins, R., e Veiga, F. J. (2013). Economic voting in Portuguese municipal elections. *Public Choice*, 155(3-4), 317-334.



- Meirinho, M. M. (2009). Competitividade das eleições e participação política: O caso das eleições autárquicas (1797–2005). Em M.A. Cruz (org.), *Eleições e sistemas eleitorais: Perspetivas históricas e políticas* (pp. 263-294). Porto: Universidade do Porto.
- Moreira, A. (1997). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.
- Mozzicafreddo, J., Guerra, I., Fernandes, M.A., e Quintela, J. (1989). Modelos de gestão e de legitimidade no sistema político local português. *Sociologia*, 6, 51-80.
- Nalder, K. (2007). The effect of state legislative term limits on voter turnout. *State Politics and Policy Quarterly*, 7(2), 187-210.
- Nannestad, P., e Paldam, M. (1994). The VP-function: A survey of the literature on vote and popularity functions after 25 years. *Public Choice*, 79(3-4), 213-245.
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *The review of economic studies*, 42(2), 169-190.
- Persson, T. e Tabellini, G. (2003). *The Economic effects of Constitutions - what do the data say?* MIT Press: Cambridge.
- Powell, G., e Whitten, G. (1993). A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context. *American Journal of Political Science*, 391-414.
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium Political Budget Cycles. *American Economic Review*, 80 (1), 21-36.
- Ruel, T. (2015). Constrangimentos ao Pluralismo II: Longevidade no poder e riscos associados. Em L. de Sousa, S. Jorge, A. Tavares, e N. da Cruz (orgs.), *A Reforma do Poder Local em Debate* (pp. 81–86). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Veiga, F. J., e Veiga, L. G.(2007a). Does opportunism pay off? *Economics Letters*, 96(2),177-182.
- Veiga, F. J., e Veiga, L. G.(2007b). Political business cycles at the municipal level. *Public Choice*, (131), 45–64.
- Veiga, F. J., e Veiga, L. G.(2010). The impact of local and national economic conditions on legislative election results. *Applied Economics*, 42(13), 1727-1734.
- Veiga, F. J., Veiga, L. G., Fernandes, B., e Martins, J. (2017). Limitação de mandatos: o impacto nas finanças locais e na participação eleitoral. Fundação Manuel dos Santos.

## Webgrafia

Associação Nacional de Municípios Portugueses. (2017). Consultado em 29 de setembro, de 2017 <https://www.anmp.pt/munp/mun/mun10111.php?cod=20140110>.

Comissão Nacional de Eleições (2017). Consultado em 20 de dezembro, de <http://www.cne.pt/listagem/eleicoes/5>).

Direção Geral da Administração Interna. (2010). Consultado em 20 de dezembro, de <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/>.

Direção Geral de Administração Geral. (s.d.). Consultado em 10 de julho, de <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/financas-locais/dados-financeiros/contas-de-gerencia/>

Instituto de Emprego e Formação Profissional. (s.d). Consultado em 10 de julho de 2018, de <https://www.iefp.pt/estatisticas>.

Instituto Nacional de Estatística (INE). (s.d). Consultado em 9 de julho de 2018, de [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008337&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008337&contexto=bd&selTab=tab2).

Instituto Nacional de Estatística (INE). (s.d). Consultado em 9 de julho de 2018, de [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2).

Instituto Nacional de Estatística (INE). (s.d). Consultado em 9 de julho de 2018, de [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008614&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008614&contexto=bd&selTab=tab2).

Instituto de Emprego da Madeira. (s.d) Consultado em 10 de julho de 2018, de <http://www.iem.madeira.gov.pt/In%C3%ADcio/Estat%C3%ADsticas/BoletimMensal/tabid/247/Default.aspx>.

Governo da República Portuguesa. (2017). Consultado em 17 de outubro de 2017, de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/governos-anteriores>.

Pordata. (s.d.) Consultado em 6 de novembro de 2017, de <https://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+absten%C3%A7%C3%A3o+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+as+Autarquias+Locais-642>.

World Bank. (2018) Consultado em 10 de julho de 2018, de <https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?end=2018&locations=PT&start=2002>

## ANEXOS

### Anexo A - Lista de municípios de Portugal (NUTS II)

Alentejo	Alandroal, Alcácer do Sal, Aljustrel Almeirim, Almodôvar, Alpiarça, Alter do Chão, Alvito, Arraiolos, Arronches, Avis, Azambuja, Barrancos, Beja, Benavente, Borba, Campo Maior, Cartaxo, Castelo de Vide, Castro Verde, Chamusca, Coruche, Crato, Cuba, Elvas, Estremoz, Évora, Ferreira do Alentejo, Fronteira, Gavião, Golegã, Grândola, Marvão, Mértola, Monforte, Montemor-o-Novo, Mora, Moura, Mourão, Nisa, Odemira, Ourique, Ponte de Sôr, Portalegre, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Santiago do Cacém, Serpa, Sines, Sousel, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira e Vila Viçosa.
Algarve	Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.
Região Metropolitana de Lisboa	Alcochete, Alenquer, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira.
Centro	Abrantes, Águeda, Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alcanena, Alcobaça, Almeida, Alvaiázere, Anadia, Ansião, Arganil, Arruda dos Vinhos, Aveiro, Batalha, Belmonte, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cantanhede, Carregal do Sal, Castanheira de Pera, Castelo Branco, Castro Daire, Celorico da Beira, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Constância, Covilhã, Entroncamento, Estarreja, Ferreira do Zêzere, Figueira da Foz, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Leiria, Lourinhã, Lousã, Mação, Mangualde, Manteigas, Marinha Grande, Mealhada, Mêda, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Murtosa, Nazaré, Nelas, Óbidos, Oleiros, Oliveira de Frades, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Ourém, Ovar, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penalva do Castelo, Penamacor, Penela, Peniche, Pinhel, Pombal, Porto de Mós, Proença-a-Nova, Sabugal, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sardoal, Sátão, Seia, Sertão, Sever do Vouga, Sobral de Monte Agraço, Soure, Tábua, Tomar, Tondela, Torres Novas, Torres Vedras, Trancoso, Vagos, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha, Vila Nova de Paiva, Vila Nova de Poiares, Vila Velha de Ródão, Viseu e Vouzela.
Norte	Alfândega da Fé, Alijó, Amarante, Amares, Arcos de Valdevez, Armamar, Arouca, Baião, Barcelos, Boticas, Braga, Bragança, Cabeceiras de Basto, Caminha, Carrazeda de Ansiães, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Chaves, Cinfães, Espinho, Esposende, Fafe, Felgueiras, Freixo de Espada à Cinta, Gondomar, Guimarães, Lamego, Lousada, Macedo de Cavaleiros, Maia, Marco de Canaveses, Matosinhos, Melgaço, Mesão Frio,

	Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Moimenta da Beira, Monção, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Oliveira de Azeméis, Paços de Ferreira, Paredes, Paredes de Coura, Penafiel, Penedono, Peso da Régua, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Porto, Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Varzim, Resende, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Maria da Feira, Santa Marta de Penaguião, Santo Tirso, São João da Madeira, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Terras de Bouro, Torre de Moncorvo, Trofa, Vale de Cambra, Valença, Valongo, Valpaços, Viana do Castelo, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Flor, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Gaia, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Vila Verde, Vimioso, Vinhais e Vizela.
Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo, Calheta, Corvo, Horta, Lagoa, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Madalena, Nordeste, Ponta Delgada, Povoação, Praia da Vitória, Ribeira Grande, Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico, Velas, Vila do Porto e Vila Franca do Campo.
Região Autónoma da Madeira	Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Porto Santo, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente.

**Anexo B - Lista de municípios portugueses onde os incumbentes municipais estão impedidos de apresentar recandidatura em 2013**

<b>Alentejo</b>	Almeirim, Almodôvar, Arraiolos, Avis, Azambuja, Benavente, Borba, Cartaxo, Castelo de Vide, Chamusca, Coruche, Cuba, Elvas, Évora, Fronteira, Gavião, Golegã, Grândola, Montemor o Novo, Moura, Mourão, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Redondo, Salvaterra de Magos, Santiago do Cacém, Serpa e Sines
<b>Algarve</b>	Albufeira, Alcoutim, Castro Marim, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel e Silves
<b>Região Metropolitana de Lisboa</b>	Almada, Amadora, Cascais, Loures, Mafra, Montijo, Oeiras, Palmela, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira
<b>Centro</b>	Aguiar da Beira, Albergaria a Velha, Anadia, Arruda dos Vinhos, Batalha, Belmonte, Cadaval, Caldas da Rainha, Carregal do Sal, Castelo Branco, Coimbra, Condeixa a Nova, Covilhã, Entroncamento, Estarreja, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Idanha a Nova, Ílhavo, Lourinhã, Lousã, Mação, Mealhada, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Murtosa, Nazaré, Óbidos, Oleiros, Pedrogão Grande, Penalva do Castelo, Penamacor, Pinhel, Pombal, São Pedro do Sul, Sardoal, Sever do Vouga, Sobral do Monte Agraço, Soure, Tábua, Tondela, Torres Novas, Trancoso, Vagos, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha, Vila Nova de Poiares, Vila Velha de Ródão, Viseu e Vouzela.
<b>Norte</b>	Alijó, Amarante, Amares, Arcos de Valdevez, Armamar, Boticas, Braga Bragança, Cabeceiras de Basto, Caminha, Chaves, Cinfães, Esposende, Fafe, Gondomar, Guimarães, Lousada, Macedo de Cavaleiros, Melgaço, Mirandela, Mogadouro, Monção, Montalegre, Murça, Paredes de Coura, Penafiel, Porto Póvoa de Varzim, Resende, Ribeira de Pena, Santa Maria da Feira, Santa Marta de Penaguião, Santo Tirso, São João da Madeira, Sernancelhe, Tarouca, Torre de Moncorvo, Valongo, Valpaços, Vila do Conde, Vila Flor, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vimioso.
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	Lajes das Flores, Madalena, Nordeste, Ponta Delgada, Santa Cruz das Flores
<b>Região Autónoma da Madeira</b>	Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Porto Santo e Ribeira Brava

Anexo C - Lista de municípios portugueses onde os incumbentes municipais estão impedidos de apresentar recandidatura em 2017

<b>Alentejo</b>	Alter do Chão, Barrancos, Ferreira do Alentejo, Marvão, Ourique, Sousel e Vidigueira
<b>Algarve</b>	Vila Real de Santo António
<b>Região Metropolitana de Lisboa</b>	Alcochete, Barreiro, Odivelas e Sesimbra
<b>Centro</b>	Águeda, Almeida, Alvaiázere, Arganil, Cantanhede, Castanheira de Pera, Celorico da beira, Oliveira de Frades, Oliveira do Bairro, Peniche, Porto de Mós, Proença a Nova, Satão e Torres Vedras
<b>Norte</b>	Arouca, Baião, Lamego, Maia, Marco de Canavezes, Matosinhos, Paredes, Peso da Régua, Ponte da Barca, Póvoa de Lanhoso, Sabrosa e Vinhais
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	Lagoa e Praia da Vitória
<b>Região Autónoma da Madeira</b>	Ponta do Sol

## Anexo D: *Codebook*

Variáveis	Code name	Descrição	Forma de construção da variável	Fonte(s)	Unidade
<b>Variável dependente</b>					
Reeleição	reeleito	É uma variável binária que toma valor 1 se o Presidente de Câmara foi reeleito e 0, caso contrário.	Dado o período de análise (2002-2017) e os seus quarto momentos eleitorais (2005, 2009, 2013 e 2017), teve-se em conta os resultados eleitorais (lista dos Presidentes de Câmara eleitos) de cada ano de forma a determinar se o Presidente foi ou não reeleito. Assim, a construção desta variável resultou da análise da lista de Presidentes que estavam no poder em 2001, 2005, 2009, 2013 e 2017.	<b>Construída a partir da</b> Comissão Nacional de Eleições (CNE) e Direção Geral da Administração Interna (DGAJ)	—
<b>Variáveis territoriais</b>					
Municípios	count_mun	Para cada município português (por ordem alfabética) foi correspondido um número.		<b>Construída a partir do</b> Instituto Nacional de Estatística (INE)	—
Região Nuts II	count_nuts2	Para cada região NUTS II a que pertence determinado município correspondeu-se um número: 1-Norte; 2-Centro; 3-Área Metropolitana de Lisboa; 4-Alentejo; 5- Algarve; 6- RAA e 7-RAM.		<b>Construída a partir do</b> INE	—

Variáveis sociodemográficas					
Densidade populacional	d_	Rácio entre o número de habitantes de uma área territorial e a superfície desse território expressa em quilómetros quadrado (registado em cada ano eleitoral autárquico).	Utilizaram-se os valores tal como retirados da fonte.	INE	número
Categoria populacional	cat_pop	Esta variável é medida pela seguinte escala: 1- municípios de Lisboa e Porto; 2- municípios cuja população excede os 40000 habitantes, 3- municípios cuja população está compreendida entre os 10000 e os 40000 habitantes e 4-municípios que apresentam menos de 10000 residentes.		<b>Construída a partir do INE</b>	_
População jovem	pop_j	Percentagem de população residente com idade inferior a 15 anos em cada município registada em cada ano eleitoral autárquico.	Foi calculada a percentagem entre o número de jovens e o total de residentes para cada município para cada um dos 4 momentos eleitorais.  <u>Fórmula:</u> $\frac{\text{Número de jovens}}{\text{Total de população residente}} \times 100$	<b>Construída a partir do INE</b>	percentagem
População adulta	pop_a	Percentagem de população residente com idade compreendida entre os 15 e 64 anos em cada município registada em cada ano eleitoral autárquico.	Foi calculada a percentagem entre o número de adultos e o total de residentes para cada município para cada um dos 4 momentos eleitorais.  <u>Fórmula:</u> $\frac{\text{Número de adultos}}{\text{Total de população residente}} \times 100$	<b>Construída a partir do INE</b>	percentagem
População senior	pop_s	Percentagem de população residente com idade superior a 65 anos em cada município registada em cada ano eleitoral autárquico.	Foi calculada a percentagem entre o número de seniores (superior a 65 anos) e o total de residentes para cada município para cada um dos 4 momentos eleitorais.	<b>Construída a partir do INE</b>	percentagem



			<u>Fórmula:</u> $\frac{\text{Número de seniores}}{\text{Total de população residente}} \times 100$		
<b>Variáveis políticas</b>					
Partido do Presidente de Câmara	partido_presidente	É uma variável que toma o valor -2 se o Presidente de Câmara pertence ao partido político de esquerda PCP/PEV ou BE; -1, se está filiado ao partido PS; 0 caso o Presidente de Câmara seja apoiado por algum Grupos de Cidadãos Eleitores (GCE's) ou coligação; 1, se pertence ao PSD e 2, caso tenha filiação partidária ao CDS/PP (partido de direita).	Esta variável foi construída tendo em conta os diferentes partidos políticos representados pelo Presidente de Câmara, nomeadamente, PCP/PEV, BE, PS, PSD, coligações de partidos e GCE's. Decidiu-se desagregar desta forma, uma vez que apenas a distinção meramente ideológica (esquerda-direita) iria eliminar e esconder possíveis efeitos partidários ao longo da análise.  <u>Nota:</u> Categorizou-se outras formas de governação com o valor 0 não estando relacionado com o espectro político partidário.	<b>Construída a partir da CNE DGAI</b>	—
Alinhamento partidário	partido_pm	É uma variável binária que assume o valor 1 se o Presidente de Câmara possui a mesma filiação partidária que o Primeiro Ministro, e 0 caso contrário.	Teve-se em conta o partido do Primeiro-ministro (Governo Central) que possui a função executiva em Portugal, no momento das eleições autárquicas. No momento das eleições autárquicas de 2005, 2009 e 2017 estava-se perante uma governação nacional PS. Em 2013, o PSD representava o Governo Central.	<b>Construída a partir do Governo da República Portuguesa</b>	—

Taxa de participação eleitoral	turnout	<p>Porcentagem entre os eleitores que votaram nas eleições autárquicas e o universo eleitoral dessa eleição (traduzido no total de eleitores inscritos no Recenseamento Eleitoral).</p>	<p>Esta variável foi construída pela diferença entre o total (100%) e a taxa de abstenção eleitoral registada em cada município nas eleições autárquicas.</p> <p>Para cada ano eleitoral, considerou-se a respetiva taxa de participação eleitoral registada, ou seja, para a análise relativa a 2005, teve-se em conta os valores da taxa de participação desse ano. O mesmo foi feito para os anos de 2009, 2013 e 2017.</p> <p><u>Fórmula:</u> <math>100 - \text{taxa de abstenção}</math></p>	<b>Construída a partir do</b> Pordata	percentagem
Limitação de Mandatos	dummy_lim	<p>É uma variável binária que toma o valor 1 se o Presidente de Câmara foi proibido de se recandidatar pela imposição da LLM, e 0 caso contrário.</p> <p>(apenas disponível para os anos 2013 e 2017)</p>	<p>Teve-se em conta os resultados eleitorais (lista dos Presidentes de Câmara eleitos) de forma a determinar o número de mandatos consecutivos que o Presidente estava a cumprir. Nos casos em que completava três mandatos consecutivos, considerou-se que nas próximas eleições, esse incumbente local ficaria impossibilitado de se recandidatar pela força da LLM. Assim, a construção desta variável para os anos de 2013 e 2017 resultou da análise da lista de Presidentes que estavam no poder em 2009 e 2013, respetivamente.</p>	<b>Construída a partir da</b> CNE e DGAI	—

Variáveis Económicas <sup>2</sup>					
Poder de compra	podercompra_ae	Poder de compra municipal registado em cada ano eleitoral autárquico.	Utilizaram-se os valores tal como retirados da fonte.	INE	número
	var_podercompra	Taxa de variação do poder de compra municipal ao longo do cada mandato autárquico.	Para calcular a taxa de variação respeitante ao primeiro mandato (2002-2005) da análise teve-se em conta os valores do poder de compra de 2002 e 2005. Para o segundo mandato (2006-2009), utilizaram-se os valores de 2005 e 2009, para o terceiro mandato (2010-2013), os referentes a 2009 e 2013, e para o quarto e último mandato (2014-2017), calculou-se a variação através dos dados respeitantes aos anos de 2013 e 2015.	<b>Construída a partir do INE</b>  (disponível para 2002,2004,2005,2007,2009,2011,2013 e 2015)	percentagem
Taxa de desemprego	desemprego_ae	Taxa de desemprego registada em cada município em cada ano eleitoral autárquico.	Dado o número de desempregados registados nos centros de emprego e o número de população adulta, que é uma aproximação da população ativa (informação não disponível) foi calculada a taxa de desemprego municipal para cada município para todos os anos da observação (2002-2017). Esta variável foi calculada tendo em conta a seguinte fórmula:	<b>Construída a partir do</b> Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Instituto de Emprego da Madeira (IEM) e <i>World Bank</i>	percentagem

<sup>2</sup> Para calcular a taxa de variação de determinada variável foi utilizada a seguinte fórmula:  $\left(\frac{X_t - X_{t-1}}{X_{t-1}} \times 100\right)$  onde  $t$  representa o momento atual,  $t - 1$  representa o momento passado e  $X$  é a variável a ser calculada.

			$\frac{\text{Nº de desempregados inscritos}}{\text{População Adulta}} \times 100$		
	var_desemprego	Taxa de variação do desemprego registada em cada município ao longo de cada mandato autárquico.	<p>Para calcular a taxa de variação respeitante ao primeiro mandato (2002-2005) da análise teve-se em conta os valores do poder de compra de 2002 e 2005. Para o segundo mandato (2006-2009), utilizaram-se os valores de 2006 e 2009, para o terceiro mandato (2010-2013), os referentes a 2010 e 2013, e para o quarto e último mandato (2014-2017), calculou-se a variação através dos dados respeitantes aos anos de 2014 e 2017.</p> <p><u>Nota:</u> Para os municípios da RAA, utilizou-se a taxa de desemprego nacional (2002-5.0%;2005-7,6%; 2006- 7,6%; 2009-9,4%; 2010-10,8%; 2013-16,2%; 2014- 13,9% e 2017-8,9%). dos respetivos anos uma vez que a entidade responsável neste âmbito não disponibilizou estes dados.</p>		

<b>Variáveis Orçamentais<sup>345</sup></b>				
Despesas municipais (mandato autárquico)	desptotal	Esta variável resulta do somatório das despesas registadas em cada município ao longo dos quatro anos do mandato autárquico. <u>Fórmula:</u> $\Sigma \text{Despesas municipais } (Y_1 + Y_2 + Y_3 + Y_4)$	<b>Construída a partir da DGAL</b>	euros per capita
Média das despesas municipais pré-eleitorais	desppreel	Esta variável resulta da média das despesas registadas em cada município nos três primeiros anos (anos pré-eleitorais) de cada mandato autárquico. <u>Fórmula:</u> $\frac{\Sigma \text{Despesas municipais } (Y_1 + Y_2 + Y_3)}{3}$	<b>Construída a partir da DGAL</b>	euros per capita
Desvio das despesas eleitorais em relação à média	despdesvio	Desvio (em percentagem) das despesas registadas em cada município no ano eleitoral em relação à média dos anos anteriores. Esta variável foi calculada tendo em conta a seguinte fórmula: $\frac{(\text{Despesa } Y_4 - \text{Média desvio})}{\text{Média desvio}} \times 100$	<b>Construída a partir da DGAL</b>	percentagem
Despesas municipais de investimento (mandato autárquico)	invtotal	Esta variável resulta do somatório das despesas de investimento registadas em cada município ao longo dos quatro anos do mandato autárquico. <u>Fórmula:</u> $\Sigma \text{Despesas municipais de investimento } (Y_1 + Y_2 + Y_3 + Y_4)$	<b>Construída a partir da DGAL</b>	euros per capita
Média das despesas municipais de investimento pré-eleitorais	invpreel	Esta variável resulta da média das despesas de investimento registadas em cada município nos três primeiros anos (anos pré-eleitorais) de cada mandato autárquico. <u>Fórmula:</u> $\frac{\Sigma \text{Despesas municipais de investimento } (Y_1 + Y_2 + Y_3)}{3}$	<b>Construída a partir da DGAL</b>	euros per capita

<sup>3</sup> Tendo em consideração que a duração de quatro anos do mandato autárquico, considerou-se a o ano eleitoral ( $Y_4$ ) e os respetivos anos pré-eleitorais ( $Y_1 + Y_2 + Y_3$ ).

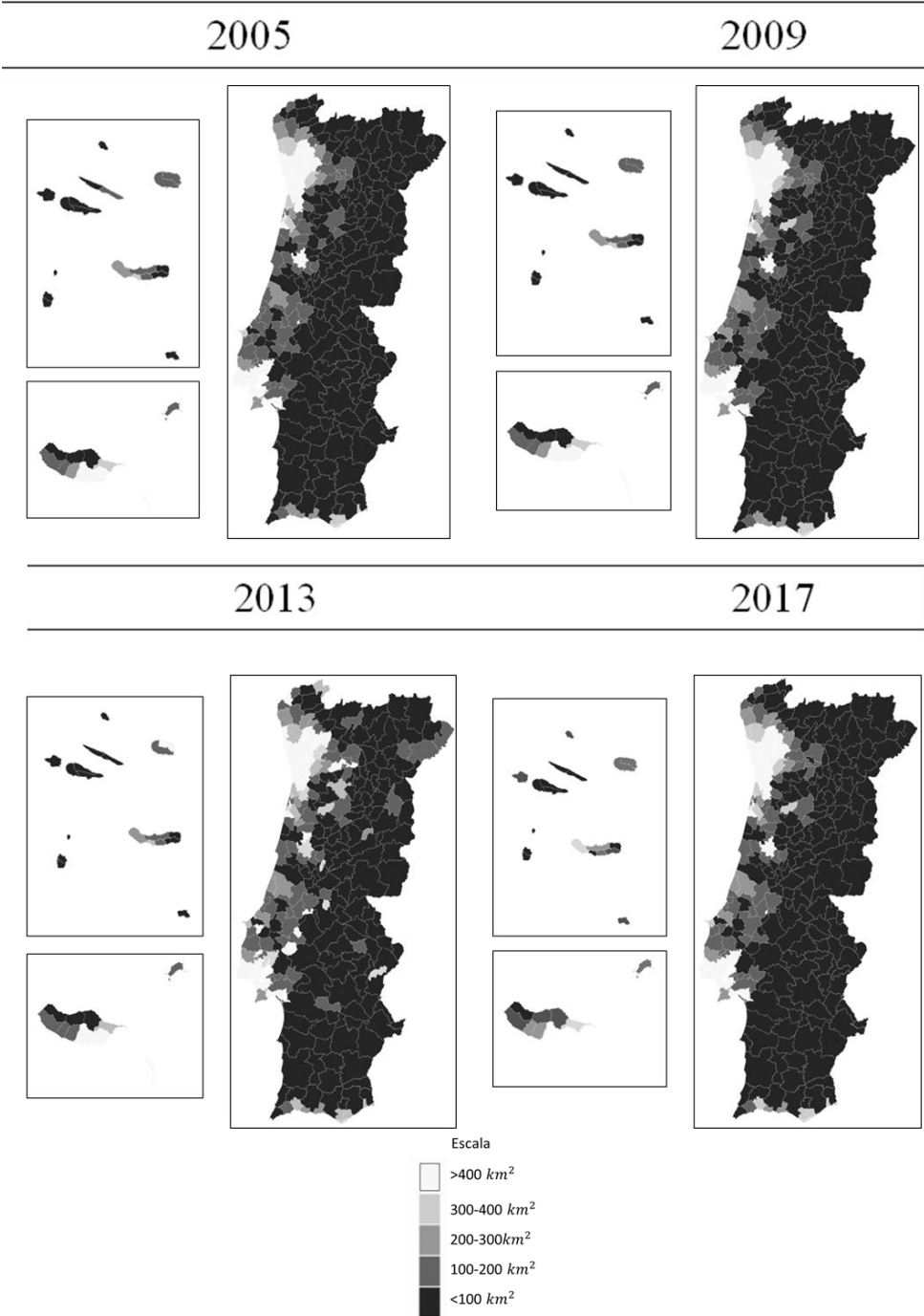
<sup>4</sup> Todas as variáveis orçamentais (à exceção que correspondem aos desvios) estão calculadas em euros per capita.

<sup>5</sup> Para os casos dos municípios (Setúbal em 2006, Amadora, Santa Cruz e Tomar em 2007) onde verificaram ausência de valores nas rubricas orçamentais, optou-se por fazer a média entre os valores respeitantes ao ano anterior e ao ano precedente. Também, e uma vez que à data da construção da base de dados não estavam disponíveis os dados orçamentais de 2017 para todos os municípios, optou-se por fazer a média dos valores dos dois anos anteriores, ou seja, de 2016 e 2015.

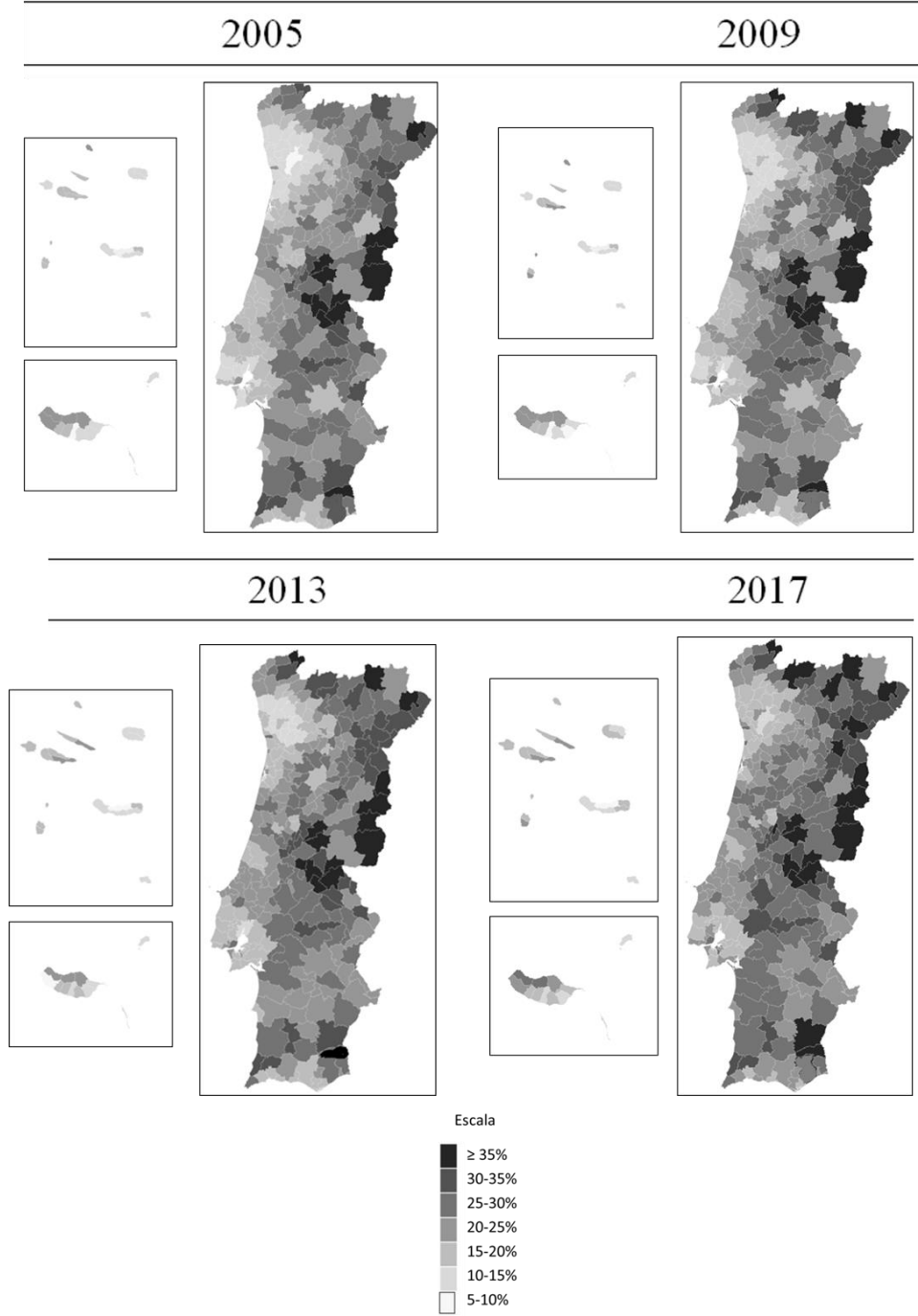
Desvio das despesas de investimento eleitorais em relação à média	invdesvio	Desvio (em percentagem) das despesas de investimento registadas em cada município no ano eleitoral em relação à média dos anos anteriores. Esta variável foi calculada tendo em conta a seguinte fórmula: $\frac{(\text{Despesa de Investimento Y4} - \text{Média desvio})}{\text{Média desvio}} \times 100$		<b>Construída a partir da DGAL</b>	percentagem
Receitas próprias municipais	rprop_ae	Total de receitas arrecadadas pelos municípios (sem depender de recursos externos) registadas em cada ano eleitoral autárquico.	Esta variável resulta do valor das receitas municipais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros.	<b>Construída a partir da DGAL</b>	euros per capita
Receitas fiscais municipais	fisc_ae	Total de receitas municipais provenientes de impostos, registadas em cada ano eleitoral autárquico.	Utilizaram-se os valores tal como retirados da fonte.	DGAL	euros per capita
Transferências municipais recebidas	transf_ae	Total de transferências (de capital e correntes) recebidas pelos municípios, provenientes da Administração Central, União Europeia e outras entidades, registadas em cada ano eleitoral autárquico.	Utilizaram-se os valores tal como retirados da fonte.	DGAL	euros per capita
Dívida municipal	divida_ae	Trata-se do valor do passivo exigível registado em cada município nos anos eleitorais autárquicos de 2005, 2009, 2013 e 2017. <u>Nota:</u> Para o ano eleitoral autárquico de 2017 utilizou-se o valor da dívida municipal referente a 2016 devido à ausência dessa informação, à data da construção da base de dados.		<b>Construído a partir da DGAL</b>	euros per capita

Anexo E – Mapas

Densidade populacional nos anos eleitorais de 2005, 2009, 2013 e 2017



Percentagem de população sénior registada nos municípios portugueses nos anos eleitorais de 2005, 2009, 2013 e 2017





## Anexo F – Estimações dos modelos (*outputs* STATA)

### Modelo estimado antes da introdução da LLM

```
5 . logit reeleito count_nuts2 pop_j pop_s partido_presidente partido_pm turnout var_desemprego v
> preel fisc_ae divida_ae
```

```
Iteration 0: log likelihood = -182.40249
Iteration 1: log likelihood = -162.81404
Iteration 2: log likelihood = -162.15686
Iteration 3: log likelihood = -162.15451
Iteration 4: log likelihood = -162.15451
```

```
Logistic regression               Number of obs   =       308
                                LR chi2(12)        =       40.50
                                Prob > chi2         =       0.0001
                                Pseudo R2           =       0.1110

Log likelihood = -162.15451
```

reeleito	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
count_nuts2	-.2244494	.1034179	-2.17	0.030	-.4271447	-.021754
pop_j	11.92238	14.28839	0.83	0.404	-16.08235	39.9271
pop_s	2.208683	5.515865	0.40	0.689	-8.602213	13.01958
partido_presidente	.1367369	.1930394	0.71	0.479	-.2416134	.5150871
partido_pm	-.6935703	.3806522	-1.82	0.068	-1.439635	.0524942
turnout	-7.800911	2.412901	-3.23	0.001	-12.53011	-3.071713
var_desemprego	-1.061956	.5572056	-1.91	0.057	-2.154059	.0301472
var_podercompra	.9365732	1.644845	0.57	0.569	-2.287264	4.16041
desppreel	.0009986	.0008001	1.25	0.212	-.0005697	.0025668
invpreel	-.0021514	.0013483	-1.60	0.111	-.0047939	.0004912
fisc_ae	-.0005631	.001369	-0.41	0.681	-.0032464	.0021202
divida_ae	-.0000894	.0002824	-0.32	0.752	-.0006428	.000464
_cons	4.993581	3.521822	1.42	0.156	-1.909063	11.89622

```
Marginal effects after logit
y = Pr(reeleito) (predict)
= .75039298
```

variable	dy/dx	Std. Err.	z	P> z	[ 95% C.I. ]		X
count_~2	-.0420401	.01922	-2.19	0.029	-.079716	-.004364	2.74026
pop_j	2.233101	2.67311	0.84	0.403	-3.0061	7.4723	.141095
pop_s	.4136937	1.03353	0.40	0.689	-1.61198	2.43937	.223146
partid~e	.0256113	.03615	0.71	0.479	-.045244	.096467	-.230519
partid~m*	-.1327001	.07353	-1.80	0.071	-.276813	.011412	.428571
turnout	-1.461137	.44266	-3.30	0.001	-2.32873	-.593547	.63524
var_de~o	-.1989079	.10375	-1.92	0.055	-.402258	.004442	.277265
var_po~a	.1754233	.30822	0.57	0.569	-.428675	.779521	.109271
desppr~l	.000187	.00015	1.25	0.210	-.000105	.000479	892.193
invpreel	-.000403	.00025	-1.60	0.109	-.000896	.00009	333.201
fisc_ae	-.0001055	.00026	-0.41	0.681	-.000608	.000397	146.291
divida~e	-.0000167	.00005	-0.32	0.751	-.00012	.000087	763.334

(\*) dy/dx is for discrete change of dummy variable from 0 to 1

## Modelo estimado após a introdução da LLM

```
5 . logit reeleito count_nuts2 d_ pop_j pop_s partido_presidente partido_pm turnout var_desempreg
> invpreel fisc_ae divida_ae
```

```
Iteration 0: log likelihood = -170.96716
Iteration 1: log likelihood = -162.66854
Iteration 2: log likelihood = -162.41138
Iteration 3: log likelihood = -162.41051
Iteration 4: log likelihood = -162.41051
```

Logistic regression

```
Number of obs   =      308
LR chi2(13)     =      17.11
Prob > chi2     =      0.1942
Pseudo R2      =      0.0500
```

Log likelihood = -162.41051

	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
reeleito						
count_nuts2	.103276	.1019331	1.01	0.311	-.0965093	.3030613
d_	-.0003657	.0001816	-2.01	0.044	-.0007216	-.9.76e-06
pop_j	-21.15859	15.16345	-1.40	0.163	-50.87841	8.561229
pop_s	-3.103641	5.022903	-0.62	0.537	-12.94835	6.741069
partido_presidente	-.2564656	.218423	-1.17	0.240	-.6845667	.1716356
partido_pm	-.5404858	.4215352	-1.28	0.200	-1.36668	.285708
turnout	-5.367799	2.352026	-2.28	0.022	-9.977685	-.7579135
var_desemprego	.0064635	.5916244	0.01	0.991	-1.153099	1.166026
var_podercompra	-2.04927	1.945681	-1.05	0.292	-5.862735	1.764196
desppreel	.0002998	.0004941	0.61	0.544	-.0006687	.0012683
invpreel	-.0002235	.0010641	-0.21	0.834	-.0023091	.0018621
fisc_ae	-.0003122	.0017208	-0.18	0.856	-.0036849	.0030605
divida_ae	-.0001292	.000194	-0.67	0.506	-.0005095	.0002511
_cons	7.871655	3.559373	2.21	0.027	.8954115	14.8479

Marginal effects after logit

```
y = Pr(reeleito) (predict)
= .77031648
```

variable	dy/dx	Std. Err.	z	P> z	[ 95% C.I. ]		X
count_~2	.0182725	.01797	1.02	0.309	-.016955	.0535	2.74026
d_	-.0000647	.00003	-2.01	0.044	-.000128	-1.7e-06	293.107
pop_j	-3.743568	2.67014	-1.40	0.161	-8.97696	1.48982	.121728
pop_s	-.5491241	.88775	-0.62	0.536	-2.28909	1.19084	.244736
partid~e	-.0453762	.03835	-1.18	0.237	-.12055	.029797	-.376623
partid~m*	-.0951059	.0731	-1.30	0.193	-.238382	.04817	.516234
turnout	-.9497194	.41146	-2.31	0.021	-1.75617	-.143264	.605205
var_de~o	.0011436	.10468	0.01	0.991	-.204016	.206304	.331522
var_po~a	-.3625752	.34342	-1.06	0.291	-1.03567	.310518	.090351
desppr~l	.000053	.00009	0.61	0.544	-.000118	.000224	1123.88
invpreel	-.0000395	.00019	-0.21	0.834	-.000409	.000329	243.293
fisc_ae	-.0000552	.0003	-0.18	0.856	-.000652	.000541	182.267
divida~e	-.0000229	.00003	-0.67	0.505	-.00009	.000044	880.913

(\*) dy/dx is for discrete change of dummy variable from 0 to 1